



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE



adequado. Além desses dados, o mais alarmante é que, no mundo, mais ou menos 80% dos epiléticos não recebem o cuidado necessário, segundo o Embaixador de Epilepsia das Américas.

Estamos a dois dias do "Dia Mundial de Conscientização da Epilepsia" (26 de março), familiares daqueles que apresentam a doença e toda sociedade Brasileira cobram a imediata implantação do Programa de Prevenção à Epilepsia e Assistência às Pessoas com Epilepsia no Distrito Federal, garantido pela Lei nº 4.202. É inadmissível que após mais de 7 anos este direito não está sendo respeitado e cumprido na Capital Federal.

Sendo assim, peço apoio dos nobres Parlamentares para aprovação da presente Moção, no sentido de sensibilizar o Governo do Distrito Federal para a plena observância dos direitos e dignidade dos portadores de necessidades especiais, em especial, aos portadores de Epilepsia e a seus familiares no sentido de que se promova a imediata implantação do referido programa.

Sala das Sessões,

março de 2015.


Bispo Renato Andrade
Deputado Distrital - PR

> SETAS - 000200 <



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL Em, **LIDO**
 Gabinete do Deputado Rafael Prud 24/3/15

RQ 298 /2015

REQUERIMENTO
 (Do Senhor Deputado Rafael Prudente)

Requer o encaminhamento de solicitação de informação a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal.

> SETAS - 0000301 <

Requeiro, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, combinada com o disposto nos incisos III, X e XI do art. 15 do Regimento Interno, que seja solicitada a Secretaria de Estado de Saúde cópia inteiro teor do processo 060.009.826/2014.

JUSTIFICAÇÃO

Cabe às Comissões Permanentes desta Câmara Legislativa exercer a fiscalização e o controle dos atos do Poder Executivo incluídos os da administração indireta, fundações e empresas controladas.

O pedido de informação se justifica em razão da necessidade de verificação da regularidade da licitação para eventual aquisição de medicamentos não padronizados pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal ao custo estimado de R\$ 277.761,42 (duzentos e setenta e sete mil, setecentos e sessenta e um reais e quarenta e dois centavos).

Em vista disso, é importante que a Secretaria de Estado de Saúde preste as informações necessárias à efetiva atuação desta Casa de Leis em suas atribuições institucionais.

Diante do exposto, conclamo os nobres pares à aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, em


RAFAEL PRUDENTE
 Deputado Distrital

ct



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado Rafael Prudente

Em

L I D O
24/3/15

RQ 299 /2015

REQUERIMENTO

(Do Senhor Deputado Rafael Prudente)

Assessoria do Plenário

> SETAS - 000002 <

Requer o encaminhamento de solicitação de informação a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal.

Requeiro, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, combinada com o disposto nos incisos III, X e XI do art. 15 do Regimento Interno, que seja solicitada a Secretaria de Estado de Saúde cópia inteiro teor do processo 060.009.826/2014.

JUSTIFICAÇÃO

Cabe às Comissões Permanentes desta Câmara Legislativa exercer a fiscalização e o controle dos atos do Poder Executivo incluídos os da administração indireta, fundações e empresas controladas.

O pedido de informação se justifica em razão da necessidade de verificação da regularidade da licitação para eventual aquisição de medicamentos não padronizados pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal ao custo estimado de R\$ 197.125,94 (cento e noventa e sete mil, cento e vinte e cinco reais e noventa e quatro centavos).

Em vista disso, é importante que a Secretaria de Estado de Saúde preste as informações necessárias à efetiva atuação desta Casa de Leis em suas atribuições institucionais.

Diante do exposto, conclamo os nobres pares à aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, em


RAFAEL PRUDENTE
Deputado Distrital

ct

42-20-197-0015-05450



> SETAS - 000203 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL*Gabinete do Deputado Rafael Prudente*

RQ 300 /2015

Em,

L I D O

24, 3, 15

REQUERIMENTO**(Do Senhor Deputado Rafael Prudente)**

Assessoria de Plenário

Requer o encaminhamento de solicitação de informação a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal.

Requeiro, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, combinada com o disposto nos incisos III, X e XI do art. 15 do Regimento Interno, que seja solicitada a Secretaria de Estado de Saúde cópia inteiro teor do processo 060.008.264/2012.

JUSTIFICAÇÃO

Cabe às Comissões Permanentes desta Câmara Legislativa exercer a fiscalização e o controle dos atos do Poder Executivo incluídos os da administração indireta, fundações e empresas controladas.

O pedido de informação se justifica em razão da necessidade de verificação da regularidade da licitação para eventual aquisição de medicamentos não padronizados pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal ao custo estimado de R\$ 7.771.699,22 (sete milhões, setecentos e setenta e um mil, seiscentos e noventa e nove reais e vinte e dois centavos).

Em vista disso, é importante que a Secretaria de Estado de Saúde preste as informações necessárias à efetiva atuação desta Casa de Leis em suas atribuições institucionais.

Diante do exposto, conclamo os nobres pares à aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, em


RAFAEL PRUDENTE
 Deputado Distrital

ct



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Liliane Roriz



REQUERIMENTO RQ 301/2015

Em 24 3 15
Assessora de Plenário

(Da Senhora Deputada Liliane Roriz e outros)

> SETAS - 000204 <

Requer a realização de Sessão Solene no dia 17 de abril de 2015, para comemorar o "Dia Internacional do Hemofílico."

EXCELENTÍSSIMA SENHORA PRESIDENTE DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL:

Nos termos do art. 124 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, requiro a realização de Sessão Solene, a realizar-se no dia 17 de março de 2015, para celebrarmos o "**Dia Internacional da Hemofilia**".

82611
Data 11/9/28

JUSTIFICAÇÃO

O dia 17 de abril foi escolhido para comemorar o "Dia Internacional da Hemofilia" por celebrar o nascimento de Frank Schanabe, que fundou e dirigiu por mais de 20 anos consecutivos a Federação Mundial de Hemofilia (WFH - Word Federation of hemophilia).

Nascido em 1926, portador de hemofilia A grave, Frank Schanabel lutou incansavelmente em prol da melhoria da qualidade de vida dos hemofílicos.

Atualmente, a Federação Mundial de Hemofilia, conta com cerca de 90 países que, com a troca de informações, são beneficiadas pelo

Rj



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Liliane Roriz



acesso facilitado aos avanços das técnicas e procedimentos no tratamento da Hemofilia.

A Associação dos Hemofílicos do Distrito Federal, representa nossa comunidade hemofílica, protegendo os hemofílicos de forma genérica, e em especial no meio social a fim de proporcionar-lhes uma vida normal tanto quanto possível.

Para os hemofílicos do mundo, a legitimidade da data está em reforçar a importância de trazer a público as questões relacionadas à Hemofilia, chamando a atenção das autoridades responsáveis e da sociedade civil como um todo para essa causa.

A presente proposição tem por objetivo prestar uma justa homenagem ao "Dia Internacional da Hemofilia", pela importância da data para nossa sociedade e para milhares de hemofílicos.

Sala das Sessões,

> SETAS - 000205 <

Liliane Roriz
Deputada Distrital





> SETAS - 000206 <
CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Sandra Faraj

Em, 24/3/15

RQ 302 /2015

Assessora de Gabinete

REQUERIMENTO Nº _____
(Da Senhora Deputada Sandra Faraj)

Requer a realização da Sessão Ordinária Externa no mês de junho de 2015, em homenagem ao aniversário de Taguatinga, dentro do Projeto "Câmara em Movimento".

Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Nos termos do §2º, do art. 2º, do Regimento Interno, a realização da Sessão Ordinária Externa no mês de junho de 2015, em homenagem ao aniversário de Taguatinga, dentro do Projeto "Câmara em Movimento".

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição tem o condão de levar o projeto "Câmara em Movimento" para Taguatinga, aproximando o Poder Legislativo com a população daquela cidade.

Além de homenagear a cidade de Taguatinga, em comemoração ao seu aniversário, a Sessão Ordinária visa também, oportunizar e assegurar aos cidadãos e cidadãs que ali residem, a oportunidade de que seus reclames e sugestões sejam ouvidos e levados adiante por esta Casa de Leis.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos Nobres Pares desta Casa de Leis, para a aprovação do requerimento ora apresentado, a fim de levar nossas atividades para mais próximo da nossa comunidade.

Sala das Sessões,

Deputada SANDRA FARAJ

DEP. LUCIA DE ARAUJO

DEP. LUCIA

[Handwritten signature]

AP. ED. 19/04/2015 17:15
[Handwritten signature]

DEP. BÊNITO ANDRADE

DEP. PAULO CESAR

[Large handwritten signature]
DEP. RODRIGO DELMASO
DEP. WANDY
DE ROVERE

DEP. ROSEMAR BERNARDES VELLAS



> SETAS - 000207 <

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO RODRIGO DELMASSO**L D O
24/3/15**REQUERIMENTO N.º****RQ 303 /2015**

Assessoria de Planejamento

(Do Sr. Deputado RODRIGO DELMASSO)

Requer o encaminhamento de solicitação de informações ao Transporte Urbano do Distrito Federal – DFTRANS, acerca da recomposição da faixa contábil – vale transporte.

Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Requeiro, nos termos dos arts. 15, III; 39, § 2º, XII; e 40 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, que sejam solicitadas ao Diretor Geral do Transporte Urbano do Distrito Federal - DFTRANS informações acerca da recomposição da faixa contábil – vale transporte, em que seja esclarecida a seguinte questão:

1 — valores pagos a cada permissionária e concessionária do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – STPC/DF em relação ao vale transporte, no período de 1º de janeiro a 18 de março de 2015, haja vista terem sido identificados, no Sistema Integrado de Gestão Governamental – SIGGO, pagamentos realizados por aquela Autarquia no montante de R\$ 56 milhões decorrentes da Fonte 100 para custear as despesas de vale transporte daquele período, conforme ordens bancárias, notas de lançamento e notas de empenho anexas. ¶

11828
Assessoria de Planejamento



> SETAS - 000208 <

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO RODRIGO DELMASSO****JUSTIFICAÇÃO**

O montante de R\$ 56 milhões da Fonte 100 pago pelo DFTRANS aos operadores do STPC/DF para arcar com as despesas do vale transporte afigura-se bastante expressivo, o que demanda controle efetivo da gestão do Sistema de Bilhetagem Automática – SBA, a fim de garantir a correta aplicação dos recursos públicos do Distrito Federal.

Assim e diante das atribuições estabelecidas no art. 60, XVI, da Lei Orgânica do Distrito Federal, reputa-se que cabe a esta Casa Legislativa envia esforços no sentido verificar se tais recursos foram devidamente aplicados em prol da população do Distrito Federal.

Ante o aventado, rogo o auxílio dos nobres Parlamentares no sentido de ser aprovada a presente Proposição, ao visto de ser esclarecida pelo DFTRANS a indagação inserta neste Requerimento.

Sala das Sessões, em



RODRIGO DELMASSO
Deputado Distrital



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

PDET090 - Detalhamento de Ordem Bancária

> SETAS - 000209 <

Data de Emissão 19/01/2015 **Data de Lançamento** 19/01/2015
Unidade Gestora 200203 - TRANSPORTE URBANO DO **Nº Documento** 20150B00022
Gestão 20203 - DFTRANS - TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO
Domicílio Bancário 070-00100-8001080 -
Credor 00000208000291 - BANCO DE BRASILIA S/A
Domicílio Bancário 070-00100-BANCO
Processo 098.001.977/2014
Fatura/NF REC FAIXA CONT VL TR
NL Referência 2015NL00022
Código da União

Período de Competência 01/2015

Identificação **Valor** 20.000.000,00
Finalidade RECOMP. DA FX CONTÁBIL - VALE TRANSP. REST A PAGAR

Evento Inscrição		Classificação Contábil	Classificação Orçamentária	Valor
610001	2014NE01644	218914002	33903999	20.000.000,00
701977			178000000	20.000.000,00

Usuário Lançado em: 19/01/2015 às 09:17 por 65924967115 - RAFAEL DE CARVALHO OLIVEIRA



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

> SETAS - 000210 <

Detalhamento de Nota de Lançamento

Data de Emissão 16/01/2015 **Data de Lançamento** 16/01/2015 **N. Documento** 2015NL00022
Unidade Gestora 200203 - TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO FEDERAL - DFTRANS
Gestão 20203 - DFTRANS - TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO FEDERA
Credor 200203-20203 - TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO FEDERAL - DFTRANS
Contrato **Fatura/NF** 00000000000000000000 **Processo** 098.001.977/2014
Transferência **Espécie** **Decreto**

Evento	Inscrição	Classificação Contábil	Classificação Orçamentária	Fonte	Valor
540100	2014NE01644		33903999	178000000	20.000.000,00
540101	2014NE01644	332319900	33903999	178000000	20.000.000,00

Observação RESTOS A PAGAR - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO PROGRAMA DE TRABALHO 26.453.6216.2458.00001 PARA RECOMPOSIÇÃO DA FAIXA CONTÁBIL CARTÃO VALE TRANSPORTE 4.1.1.85.99-1.00041-1, CONFORME DESPACHO DOS ORDENADORES DE DESPESAS AS FOLHAS 43 E 45.

Usuário Lançado em: 16/01/2015 às 17:47 por 00511912102 - RICARDO REGINO SANTOS



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

> SETAS - 000211 <

Nota de Empenho

Data de Emissão	24/12/2014	Data de Lançamento	24/12/2014	N. Documento	2014NE01644
Unidade Gestora	200203 - TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO FEDERAL - DFTRANS				
Gestão	20203 - DFTRANS - TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO FEDERAL				
Credor	00000208000291 - BANCO DE BRASÍLIA S/A				
Evento	400091 - EMPENHO DA DESPESA				
Empenho Original		Pré-Empenho			
Esfera	1 - FISCAL				
Unidade Orçamentária	26204 - TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO FEDERAL - DFTRANS				
Programa de Trabalho	26453621624580001 -GESTÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO-DISTRITO FEDERAL				
Fonte Recurso	178000000 - RECURSOS DECORRENTES DE JUROS SOBRE O CAPITAL				
identificador de Uso	0	Contrapartida	99999		
Natureza de Despesa	339039 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA				
Licitação	07 - Não Aplicável	Referência Licitação	NÃO APLICÁVEL		
Contrato	0	Convênio	0		
Modalidade	3 - Global	Processo	098.001.977/2014		
Local de Entrega	SEDE DO DFTRANS	Prazo de Entrega	030	dias	
Valor Documento	20.000.000,00	Numero Suprimento	0		
Usuário	Lançado em: 24/12/2014 às 08:47:28 por 51378760115 - CRISTINA FIGUEIREDO MARIANO				
Mês	Valor				
Dezembro	20.000.000,00				

Subitens da Despesa

Códig	Valor
99	20.000.000,00

Nº Pregão	Nº Ata	Nº Item Qtd.	Valor Unitário	Valor Total
-----------	--------	--------------	----------------	-------------



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Detalha Descrição de Empenho > SETAS - 000212 <**Unidade Gestora** 200203 - TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO FEDERAL - DFTRANS**Gestão** 20203 - DFTRANS - TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO FEDERAL**Número NE** 2014NE01644**Valor Empenho:** 20.000.000,00 **Total Descrito:** 20.000.000,00 **A Descrever:** 0,00

Item	Qt	Unidade	Descrição	Valor Unit	Valor Total
001	000001	UND	RECOMPOSIÇÃO DA FAIXA CONTÁBIL VALETRANSPORTE QUE SE ENCONTRA DEFICITÁRIA DEVIDO À DIFERENÇA ENTRE TARIFA TÉCNICA USUÁRIO INSUFICIENTE PARA COBRIR O STPC/DF.	20.000.000,00	20.000.000,00



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

PDET090 - Detalhamento de Ordem Bancária <

Data de Emissão 04/02/2015 **Data de Lançamento** 04/02/2015 **Nº Documento** 2015OB00075
Unidade Gestora 200203 - TRANSPORTE URBANO DO
Gestão 20203 - DFTRANS - TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO
Domicílio Bancário 070-00100-8001080 -
Credor 00000208000291 - BANCO DE BRASILIA S/A
Domicílio Bancário 070-00100-BANCO
Processo 098.001.977/2014
Fatura/NF RECOMPOSIÇÃO FAIXA
NL Referência 2015NL00062

Código da União**Período de Competência** 02/2015**Identificação****Valor** 16.700.000,00**Finalidade**

RECOMPOSIÇÃO DA FAIXA CONTÁBIL - VALE TRANSPORTE

Evento	Inscrição	Classificação Contábil	Classificação Orçamentária	Valor
530052	2015NE00025	213110102	33903999	100000000
701977				16.700.000,00
				16.700.000,00

Usuário Lançado em: 04/02/2015 às 14:41 por 71530410100 - CAMILA WEIL DA COSTA

> SETAS - 000213 <



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Detalhamento de Nota de Lançamento

Data de Emissão 04/02/2015 **Data de Lançamento** 04/02/2015 **N. Documento** 2015NL00062
Unidade Gestora 200203 - TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO FEDERAL - DFTRANS
Gestão 20203 - DFTRANS - TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO FEDERA
Credor 200203-20203 - TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO FEDERAL - DFTRANS
Contrato **Fatura/NF** RECOMPOSIÇÃO **Processo** 098.001.977/2014
Transferência **Espécie** **Decreto**

Evento	Inscrição	Classificação Contábil	Classificação Orçamentária	Fonte	Valor
510039	2015NE00025	332319900	33903999	100000000	16.700.000,00
520052	2015NE00025	213110102	33903999	100000000	16.700.000,00

Observação RECOMPOSIÇÃO DA FAIXA CONTÁBIL VALE TRANSPORTE QUE SE ENCONTRA DEFICITÁRIA DEVIDO A DIFERENÇA ENTRE TARIFA TÉCNICA E PGTO DO USUÁRIO INSUFICIENTE PARA COBRIR O STPC/DF. LIQUIDAÇÃO CONFORME DESPACHO DOS ORDENADORES F. 56, 58 E 60.

Usuário Lançado em: 04/02/2015 às 14:26 por 70105537187 - JEMIMA MENEZES DE ALBUQUERQUE BELLAS

> SETAS - 000214 <

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Nota de Empenho

Data de Emissão	04/02/2015	Data de Lançamento	04/02/2015	N. Documento	2015NE00025
Unidade Gestora	200203 - TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO FEDERAL - DFTRANS				
Gestão	20203 - DFTRANS - TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO FEDERAL				
Credor	00000208000291 - BANCO DE BRASILIA S/A				
Evento	400091 - EMPENHO DA DESPESA				
Empenho Original		Pré-Empenho			
Esfera	1 - FISCAL				
Unidade Orçamentária	26204 - TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO FEDERAL - DFTRANS				
Programa de Trabalho	26453621624580001 -GESTÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO--DISTRITO FEDERAL				
Fonte Recurso	100000000 - ORDINÁRIO NÃO VINCULADO				
identificador de Uso	0	Contrapartida	99999		
Natureza de Despesa	339039 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA				
Licitação	07 - Não Aplicável	Referência Licitação	NÃO APLICÁVEL		
Contrato	0	Convênio	0		
Modalidade	3 - Global	Processo	098.001.977/2014		
Local de Entrega	SEDE DO DFTRANS	Prazo de Entrega	030	dias	
Valor Documento	16.700.000,00		Numero Suprimento	0	
Usuário	Lançado em: 04/02/2015 às 11:55:04 por 51378760115 - CRISTINA FIGUEIREDO MARIANO				

Mês	Valor
Fevereiro	16.700.000,00

Subitens da Despesa

Códig	Valor
99	16.700.000,00

Nº Pregão	Nº Ata	Nº Item Qtd.	Valor Unitário	Valor Total
-----------	--------	--------------	----------------	-------------

> SETAS - 000215 <



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Detalha Descrição de Empenho

> SETAS - 000216 <

Unidade Gestora 200203 - TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO FEDERAL - DFTRANS**Gestão** 20203 - DFTRANS - TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO FEDERAL**Número NE** 2015NE00025**Valor Empenho:** 16.700.000,00 **Total Descrito:** 16.700.000,00 **A Descrever:** 0,00

Item	Qt	Unidade	Descrição	Valor Unit	Valor Total
001	000001	UND	RECOMPOSIÇÃO DA FAIXA CONTÁBIL VALE TRANSPORTE QUE SE ENCONTRA DEFICITÁRIA DEVIDO A DIFERENÇA ENTRE TARIFA TÉCNICA USUÁRIO INSUFICIENTE PARA COBRIR O SISTEMA DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO STPC/DF	16.700.000,00	16.700.000,00



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

PDET090 - Detalhamento de Ordem Bancária

Data de Emissão 04/02/2015 **Data de Lançamento** 04/02/2015 **Nº Documento** 2015OB00080
Unidade Gestora 200203 - TRANSPORTE URBANO DO
Gestão 20203 - DFTRANS - TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO
Domicílio Bancário 070-00100-8001080 -
Credor 00000208000291 - BANCO DE BRASILIA S/A
Domicílio Bancário 070-00100-BANCO
Processo 098.001.977/2014
Fatura/NF RECOMPOSIÇÃO FAIXA
NL Referência 2015NL00071

Código da União **Período de Competência** 02/2015
Identificação **Valor** 4.000.000,00
Finalidade RECOMPOSIÇÃO DA FAIXA CONTÁBIL - VALE TRANSPORTE

Evento	Inscrição	Classificação Contábil	Classificação Orçamentária	Valor
530052	2015NE00026	213110102	33903999	100000000
701977				4.000.000,00
				4.000.000,00

Usuário Lançado em: 04/02/2015 às 17:23 por 71530410100 - CAMILA WEIL DA COSTA

> SETAS - 000217 <



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Detalhamento de Nota de Lançamento

Data de Emissão 04/02/2015 **Data de Lançamento** 04/02/2015 **N. Documento** 2015NL00071

Unidade Gestora 200203 - TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO FEDERAL - DFTRANS

Gestão 20203 - DFTRANS - TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO FEDERA

Credor 200203-20203 - TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO FEDERAL - DFTRANS

Contrato **Fatura/NF** RECOMP. FAIXA VT **Processo** 098.001.977/2014

Transferência **Espécie** **Decreto**

Evento	Inscrição	Classificação Contábil	Classificação Orçamentária	Fonte	Valor
510039	2015NE00026	332319900	33903999	100000000	4.000.000,00
520052	2015NE00026	213110102	33903999	100000000	4.000.000,00

Observação RECOMPOSIÇÃO DA FAIXA CONTÁBIL VALE TRANSPORTE QUE SE ENCONTRA DEFICITÁRIA DEVIDO A DIFERENÇA ENTRE TARIFA TÉCNICA E PAGAMENTO DO USUÁRIO INSUFICIENTE PARA COBRIR O STPC/DF. LIQUIDAÇÃO CONF. DESPACHO DOS ORDENADORES FLS. 63 E 65.

Usuário Lançado em: 04/02/2015 às 17:20 por 00511912102 - RICARDO REGINO SANTOS

> SETAS - 000218 <



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Nota de Empenho

Data de Emissão	04/02/2015	Data de Lançamento	04/02/2015	N. Documento	2015NE00026
Unidade Gestora	200203 - TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO FEDERAL - DFTRANS				
Gestão	20203 - DFTRANS - TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO FEDERAL				
Credor	00000208000291 - BANCO DE BRASÍLIA S/A				
Evento	400091 - EMPENHO DA DESPESA				
Empenho Original		Pré-Empenho			
Esfera	1 - FISCAL				
Unidade Orçamentária	26204 - TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO FEDERAL - DFTRANS				
Programa de Trabalho	26453621624580001 -GESTÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO--DISTRITO FEDERAL				
Fonte Recurso	100000000 - ORDINÁRIO NÃO VINCULADO				
identificador de Uso	0	Contrapartida	99999		
Natureza de Despesa	339039 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA				
Licitação	07 - Não Aplicável	Referência Licitação	NÃO APLICÁVEL		
Contrato	0	Convênio	0		
Modalidade	3 - Global	Processo	098.001.977/2014		
Local de Entrega	SEDE DO DFTRANS	Prazo de Entrega	030	dias	
Valor Documento	4.000.000,00	Numero Suprimento	0		
Usuário	Lançado em: 04/02/2015 às 16:25:30 por 00382980158 - CLARISSA REGINA LIMA DA SILVA				
Mês	Valor				
Fevereiro	4.000.000,00				

Subitens da Despesa

Códig	Valor
99	4.000.000,00

Nº Pregão	Nº Ata	Nº Item	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total
-----------	--------	---------	------	----------------	-------------

> SETAS - 0000219 <



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Detalha Descrição de Empenho

> SETAS - 000220 <

Unidade Gestora 200203 - TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO FEDERAL - DFTRANS**Gestão** 20203 - DFTRANS - TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO FEDERAL**Número NE** 2015NE00026**Valor Empenho:** 4.000.000,00 **Total Descrito:** 4.000.000,00 **A Descrever:** 0,00

Item	Qt	Unidade	Descrição	Valor Unit	Valor Total
001	000001	UND	RECOMPOSIÇÃO DA FAIXA CONTÁBIL VALE TRANSPORTE QUE SE ENCONTRA DEFICITÁRIA DEVIDO A DIFERENÇA ENTRE TARIFA TÉCNICA USUÁRIO INSUFICIENTE PARA COBRIR O SISTEMA DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO - STPC/DF.	4.000.000,00	4.000.000,00



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

PDET090 - Detalhamento de Ordem Bancária

Data de Emissão 19/02/2015 **Data de Lançamento** 19/02/2015 **Nº Documento** 2015OB00159
Unidade Gestora 200203 - TRANSPORTE URBANO DO
Gestão 20203 - DFTRANS - TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO
Domicílio Bancário 070-00100-8001080 -
Credor 00000208000291 - BANCO DE BRASILIA S/A
Domicílio Bancário 070-00100-BANCO
Processo 098.001.977/2014
Fatura/NF RECOMPOSIÇÃO FAIXA
NL Referência 2015NL00160

Código da União **Período de Competência** 02/2015

Identificação **Valor** 800.000,00

Finalidade RECOMPOSIÇÃO DA FAIXA CONTÁBIL - VALE TRANSPORTE

Evento	Inscrição	Classificação Contábil	Classificação Orçamentária	Valor
530052	2015NE00061	213110102	33903999	100000000
701977				800.000,00
				800.000,00

Usuário Lançado em: 19/02/2015 às 17:06 por 71530410100 - CAMILA WEIL DA COSTA

> BETAS - 000221 <



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

> SETAS - 000223 <

Nota de Empenho

Data de Emissão	19/02/2015	Data de Lançamento	19/02/2015	N. Documento	2015NE00061
Unidade Gestora	200203 - TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO FEDERAL - DFTRANS				
Gestão	20203 - DFTRANS - TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO FEDERAL				
Credor	00000208000291 - BANCO DE BRASILIA S/A				
Evento	400091 - EMPENHO DA DESPESA				
Empenho Original		Pré-Empenho			
Esfera	1 - FISCAL				
Unidade Orçamentária	26204 - TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO FEDERAL - DFTRANS				
Programa de Trabalho	26453621624580001 -GESTÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO-DISTRITO FEDERAL				
Fonte Recurso	100000000 - ORDINÁRIO NÃO VINCULADO				
identificador de Uso	0	Contrapartida	99999		
Natureza de Despesa	339039 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA				
Licitação	07 - Não Aplicável	Referência Licitação	NÃO APLICÁVEL		
Contrato	0	Convênio	0		
Modalidade	3 - Global	Processo	098.001.977/2014		
Local de Entrega	SEDE DO DFTRANS	Prazo de Entrega	030	dias	
Valor Documento	800.000,00	Numero Suprimento	0		
Usuário	Lançado em: 19/02/2015 às 15:32:00 por 00382980158 - CLARISSA REGINA LIMA DA SILVA				

Mês	Valor
Fevereiro	800.000,00

Subitens da Despesa

Códig	Valor
99	800.000,00

Nº Pregão	Nº Ata	Nº Item	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total
-----------	--------	---------	------	----------------	-------------



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Detalha Descrição de Empenho**Unidade Gestora** 200203 - TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO FEDERAL - DFTRANS**Gestão** 20203 - DFTRANS - TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO FEDERAL**Número NE** 2015NE00061**Valor Empenho:** 800.000,00 **Total Descrito:** 800.000,00 **A Descrever:** 0,00

Item	Qt	Unidade	Descrição	Valor Unit	Valor Total
001	000001	UND	RECOMPOSIÇÃO DA FAIXA CONTÁBIL VALE TRANSPORTE QUE SE ENCONTRA DEFICITÁRIA DEVIDO A DIFERENÇA ENTRE A TARIFA TÉCNICA E USUÁRIO INSUFICIENTE PARA COBRIR O SISTEMA DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO - STPC/DF.	800.000,00	800.000,00

> SETAS - 000224 <



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

PDET090 - Detalhamento de Ordem Bancária

Data de Emissão 04/03/2015 **Data de Lançamento** 04/03/2015 **Nº Documento** 2015OB00468
Unidade Gestora 200203 - TRANSPORTE URBANO DO
Gestão 20203 - DFTRANS - TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO
Domicílio Bancário 070-00100-8001080 -
Credor 00000208000291 - BANCO DE BRASILIA S/A
Domicílio Bancário 070-00100-BANCO
Processo 098.001.977/2014
Fatura/NF RECOMPOSIÇÃO FAIXA
NL Referência 2015NL00470
Código da União **Período de Competência** 03/2015
Identificação **Valor** 12.000.000,00
Finalidade RECOMPOSIÇÃO DA FAIXA CONTÁBIL - VALE TRANSPORTE

Evento	Inscrição	Classificação Contábil	Classificação Orçamentária	Valor
530052	2015NE00296	213110102	33903999	12.000.000,00
701977				12.000.000,00

Usuário Lançado em: 04/03/2015 às 08:58 por 24401331168 - TACIANA RODRIGUES DE SOUSA

> SETAS - 000025 <



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

PDET090 - Detalhamento de Ordem Bancária

Data de Emissão 06/03/2015 **Data de Lançamento** 06/03/2015 **Nº Documento** 2015OB00548
Unidade Gestora 200203 - TRANSPORTE URBANO DO
Gestão 20203 - DFTRANS - TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO
Domicílio Bancário 070-00100-8001080 -
Credor 00000208000291 - BANCO DE BRASILIA S/A
Domicílio Bancário 070-00100-BANCO
Processo 098.001.977/2014
Fatura/NF RECOMPOSIÇÃO FAIXA
NL Referência 2015NL00408
Código da União 560 **Período de Competência** 03/2015
Identificação **Valor** 3.000.000,00
Finalidade RECOMPOSIÇÃO DA FAIXA CONTÁBIL - VALE TRANSPORTE

Evento	Inscrição	Classificação Contábil	Classificação Orçamentária	Valor
530052	2015NE00296	213110102	33903999	100000000
701977				3.000.000,00

Usuário Lançado em: 06/03/2015 às 11:34 por 24401331168 - TACIANA RODRIGUES DE SOUSA

> SETAS - 000227 <



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Nota de Empenho

Data de Emissão	03/03/2015	Data de Lançamento	03/03/2015	N. Documento	2015NE00296
Unidade Gestora	200203 - TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO FEDERAL - DFTRANS				
Gestão	20203 - DFTRANS - TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO FEDERAL				
Credor	00000208000291 - BANCO DE BRASILIA S/A				
Evento	400091 - EMPENHO DA DESPESA				
Empenho Original		Pré-Empenho			
Esfera	1 - FISCAL				
Unidade Orçamentária	26204 - TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO FEDERAL - DFTRANS				
Programa de Trabalho	26453621624580001 -GESTÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO-DISTRITO FEDERAL				
Fonte Recurso	100000000 - ORDINÁRIO NÃO VINCULADO				
identificador de Uso	0	Contrapartida	99999		
Natureza de Despesa	339039 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA				
Licitação	07 - Não Aplicável	Referência Licitação	NÃO APLICÁVEL		
Contrato	0	Convênio	0		
Modalidade	3 - Global				
Local de Entrega	SEDE DO DFTRANS		Processo	098.001.977/2014	
Valor Documento	15.000.000,00		Prazo de Entrega	030 dias	
Usuário	Lançado em: 03/03/2015 às 15:12:45 por 00382980158 - CLARISSA REGINA LIMA DA SILVA				

Mês	Valor
Março	15.000.000,00

Subitens da Despesa

Códig	Valor
99	15.000.000,00

Nº Pregão	Nº Ata	Nº Item	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total
-----------	--------	---------	------	----------------	-------------

> SETAS - 000229 <



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Detalha Descrição de Empenho

> SETAS - 000230 <

• **Unidade Gestora** 200203 - TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO FEDERAL - DFTRANS**Gestão** 20203 - DFTRANS - TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO FEDERAL**Número NE** 2015NE00296**Valor Empenho:** 15.000.000,00 **Total Descrito:** 15.000.000,00 **A Descrever:** 0,00

Item	Qt	Unidade	Descrição	Valor Unit	Valor Total
001	000001	UND	RECOMPOSIÇÃO DA FAIXA CONTÁBIL VALE TRANSPORTE QUE SE ENCONTRA DEFICITÁRIA DEVIDO A DIFERENÇA ENTRE A TARIFA TÉCNICA E USUÁRIO INSUFICIENTE PARA COBRIR O SISTEMA DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO - STPC/DF.	15.000.000,00	15.000.000,00



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

PDET090 - Detalhamento de Ordem Bancária

Data de Emissão 18/03/2015 **Data de Lançamento** 18/03/2015 **Nº Documento** 2015OB00680
Unidade Gestora 200203 - TRANSPORTE URBANO DO
Gestão 20203 - DFTRANS - TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO
Domicílio Bancário 070-00100-8001080 -
Credor 00000208000291 - BANCO DE BRASILIA S/A
Domicílio Bancário 070-00100-BANCO
Processo 098.001.977/2014
Fatura/NF RECOMPOSIÇÃO FAIXA
NL Referência 2015NL00686
Código da União **Período de Competência** 03/2015
Identificação **Valor** 20.000.000,00
Finalidade RECOMPOSIÇÃO DA FAIXA CONTÁBIL - VALE TRANSPORTE

Evento	Inscrição	Classificação Contábil	Classificação Orçamentária	Valor
530052	2015NE00508	213110102	33903999	100000000
701977				20.000.000,00

Usuário Lançado em: 18/03/2015 às 08:53 por 24401331168 - TACIANA RODRIGUES DE SOUSA

> SETAS - 000231 <



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Nota de Empenho

Data de Emissão	17/03/2015	Data de Lançamento	17/03/2015	N. Documento	2015NE00508
Unidade Gestora	200203 - TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO FEDERAL - DFTRANS				
Gestão	20203 - DFTRANS - TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO FEDERAL				
Credor	00000208000291 - BANCO DE BRASILIA S/A				
Evento	400091 - EMPENHO DA DESPESA				
Empenho Original		Pré-Empenho			
Esfera	1 - FISCAL				
Unidade Orçamentária	26204 - TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO FEDERAL - DFTRANS				
Programa de Trabalho	26453621624580001 -GESTÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO-DISTRITO FEDERAL				
Fonte Recurso	100000000 - ORDINÁRIO NÃO VINCULADO				
identificador de Uso	0	Contrapartida	99999		
Natureza de Despesa	339039 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA				
Licitação	07 - Não Aplicável	Referência Licitação	NÃO APLICÁVEL		
Contrato	0	Convênio	0		
Modalidade	3 - Global				
Local de Entrega	SEDE DO DFTRANS	Processo	098.001.977/2014		
Valor Documento	20.000.000,00	Prazo de Entrega	030 dias		
Usuário	Lançado em: 17/03/2015 às 15:49:10 por 99847868115 - DANIELA ALBUQUERQUE DE SOUZA				
Mês	Valor				
Março	20.000.000,00				

Subitens da Despesa

Códig	Valor
99	20.000.000,00

Nº Pregão	Nº Ata	Nº Item	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total
-----------	--------	---------	------	----------------	-------------

> SETAS - 000233 <



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Detalha Descrição de Empenho

> SETAS - 000234 <

• **Unidade Gestora** 200203 - TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO FEDERAL - DFTRANS**Gestão** 20203 - DFTRANS - TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO FEDERAL**Número NE** 2015NE00508**Valor Empenho:** 20.000.000,00 **Total Descrito:** 20.000.000,00 **A Descrever:** 0,00

Item	Qt	Unidade	Descrição	Valor Unit	Valor Total
001	000001	UND	RECOMPOSIÇÃO DA FAIXA CONTÁBIL VALE TRANSPORTE QUE SE ENCONTRA DEFICITÁRIA DEVIDO A DIFERENÇA ENTRE A TARIFA TÉCNICA E USUÁRIO, INSUFICIENTE PARA COBRIR O SISTEMA DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO - STPC/DF.	20.000.000,00	20.000.000,00



> SETAS - 000235 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO RODRIGO DELMASSO



Em, 24.3.15

REQUERIMENTO I^{RO} 304 /2015

/2015

Assessoria de Plenário

(Do Sr. Deputado RODRIGO DELMASSO)

Requer o encaminhamento de solicitação de informações à Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação, a respeito da poligonal da Administração Regional do Jardim Botânico.

Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Requeiro, nos termos dos arts. 15, III; 39, § 2º, XII; e 40 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, que sejam solicitadas ao Secretário de Estado de Gestão do Território e Habitação informações relacionadas à atual situação da definição da poligonal da Administração Regional do Jardim Botânico.

JUSTIFICAÇÃO

A Administração Regional do Jardim Botânico, inicialmente denominada Setor Habitacional Jardim Botânico, surgiu em 1999, e até o momento não teve sua poligonal definida.

A indefinição da poligonal inviabiliza conhecer os limites da Administração Regional, o que impossibilita, por conseguinte, a realização de estudos precisos acerca das peculiaridades e características tanto da população quanto da região.

Não remanescem dúvidas de que a ausência de estudos bem elaborados e robustos dificultam, sobremaneira, a identificação e elaboração das políticas públicas

APROVADO EM 23/04/2015 16:44
 17021 Kozz



> SETAS - 000236 <

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO RODRIGO DELMASSO**

que melhor atendam os cidadãos que residem e laboram naquela Região Administrativa.

Em vista disso e diante das atribuições deste ente da federação estabelecidas no art. 15, II e X, da Lei Orgânica do Distrito Federal, reputo imprescindível que sejam adotadas pelo Poder Público local todas as medidas necessárias à regularização da questão em apreço, ao visio de possibilitar a definição de políticas públicas adequadas à Administração Regional do Jardim Botânico.

Ante o aventado, rogo, com esteio no art. 60, XVI, da Lei Orgânica do Distrito Federal, o auxílio dos nobres Parlamentares a fim de ser aprovada a presente Proposição.

Sala das Sessões, em



RODRIGO DELMASSO
Deputado Distrital



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO RODRIGO DELMASSO**



REQUERIMENTO N.º RQ 305 /2015

/2015

L I D O
Em, 24 / 3 / 15
Assessoria de Planejamento

(Do Sr. Deputado RODRIGO DELMASSO)

Requer o encaminhamento de solicitação de informações à Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP, a respeito da regularização dos condomínios da Administração Regional do Jardim Botânico.

> SETAS - 000237 <

Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Requeiro, nos termos dos arts. 15, III; 39, § 2º, XII; e 40 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, que sejam solicitadas ao Presidente da Companhia Imobiliária de Brasília – TERRACAP informações relacionadas ao estágio atual dos procedimentos destinados a regularizar os condomínios da Administração Regional do Jardim Botânico.

JUSTIFICAÇÃO

A Administração Regional do Jardim Botânico, inicialmente denominada Setor Habitacional Jardim Botânico, surgiu em 1999, e até o momento não foram concluídos os procedimentos relacionados à regularização dos condomínios que a compõe.

Os moradores têm sofrido diuturnamente com essa situação, haja vista a insegurança jurídica que a permeia. Ademais, em face da falta de regularização,

APTD 02/04/2015 16:44
Edy 12/4/16



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO RODRIGO DELMASSO**



alguns empresários adquirem lotes residenciais e constroem edificações comerciais, desvirtuando a proposta dos bairros.

Em vista disso e diante das atribuições deste ente da federação, estabelecidas no art. 15, II e X, da Lei Orgânica do Distrito Federal, reputo imprescindível que sejam adotadas pelo Poder Público as medidas necessárias ao deslinde da questão em apreço, ao visio de resguardar a qualidade de vida dos moradores daquela Região Administrativa.

Ante o aventado, rogo, com esteio no art. 60, XVI, da Lei Orgânica do Distrito Federal, o auxílio dos nobres Parlamentares a fim de ser aprovada a presente Proposição.

Sala das Sessões, em



RODRIGO DELMASSO
Deputado Distrital

> SETAG - 000238 <



> SETAS - 000239 <

L I D O
Em 24/3/15
Assessoria do Parlamentar

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO ROBERIO NEGREIROS

REQUERIMENTO Nº RQ 306 /2015
(Do Senhor Deputado ROBÉRIO NEGREIROS)

REQUER O APENSAMENTO DO PL 230/2015 AO PL 43/2015 QUE "DISPÕE SOBRE O USO DE IMAGENS, SÍMBOLOS E IDENTIDADE VISUAL PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE QUALQUER DOS PODERES DO DISTRITO FEDERAL", POR TRATAREM DE MATÉRIA IDÊNTICA.

Exma SENHORA PRESIDENTE DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL:

Nos termos do art. 154, §1º do Regimento Interno desta Casa, requiro que seja apensado, para tramitação conjunta, o Projeto de Lei nº 230/2015 ao Projeto de Lei nº 43/2015, por tratarem de matéria idêntica.

Atenciosamente,

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS
PMDB/DF

AP-ED 20/04/2015 17:33



> SETAS - 000240 <

L I D O
Em, 24/3/15

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS

Assessoria de Preparação

REQUERIMENTO Nº

RQ 307 /2015

(Do Senhor Deputado ROBÉRIO NEGREIROS)

**REQUER A RETIRADA DE TRAMITAÇÃO
DO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 262/2014.**

**Exma SENHORA PRESIDENTE DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO
FEDERAL:**

Nos termos do art. 136, §2º e art. 145, inciso VII, ambos do Regimento Interno desta Casa, requero a retirada de tramitação do Projeto de Decreto Legislativo nº 262/2014.

Atenciosamente,

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS
PMDB/DF

A3-50 20/04/2015 17:33

> SETAS - 000241 <



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS

L I D O
Em 24/3/15
Assessoria da Plenário

REQUERIMENTO Nº RQ 308 /2015
(Do Senhor Deputado ROBÉRIO NEGREIROS)

REQUER A RETIRADA DO PL 1216/2012 QUE DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA REALIZAÇÃO DE CURSO DE TREINAMENTO E SIMULAÇÃO CONTRA INCÊNDIO PARA O CORPO DOCENTE E ALUNO DAS ESCOLAS PÚBLICAS E PRIVADAS DO DISTRITO FEDERAL.

Exmo SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL:

Requeiro, nos termos do art. 136 do Regimento Interno, a retirada do PL nº 1216/2012, de minha autoria que " Dispõe sobre a obrigatoriedade da realização de curso de treinamento e simulação contra incêndio para o corpo docente e aluno das escolas públicas e privadas do Distrito Federal", para melhor análise e adequação.

Sala de Sessões em, de 2015.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS
PMDB/DF

Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, 4º andar - Gabinete 19 Fone: +55(61)3348-8192 - Brasília - DF - Brasil CEP: 70.094-902
E-mail: dep.roberionegreiros@d.df.gov.br - www.roberionegreiros.com.br

AP. ED. 257/2015 11:36
R. TA



> SETAS - 000242 <

L I D O
Em 24/3/15
Assessoria de Planalto

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado Rafael Pruc

RQ 309 /2015
REQUERIMENTO
(Do Senhor Deputado Rafael Prudente)

Requer a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 213/2015, de minha autoria em razão da existência de proposição análoga em tramitação, mais precisamente o Projeto de Lei nº 29/2015.

Requeiro, nos termos *caput* do art. 136 e seu § 2º, do Regimento Interno desta Casa, a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 213/2015, de minha autoria em razão da existência de proposição análoga em tramitação, mais precisamente o Projeto de Lei nº 29/2015.

AR 130 23/04/2015 10:35 CJS/IK

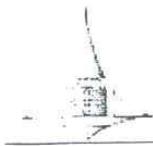
JUSTIFICAÇÃO

O presente requerimento se fundamenta no fato de que não pode haver em tramitação duas proposições que tratam exatamente da mesma matéria; sendo que a mais antiga tem precedência sobre a mais recente, que é o caso das proposições acima citadas.

Diante do exposto, requeiro a retirada do PL 213/2015, sendo o mais novo, de tramitação.

Sala das Sessões, em


RAFAEL PRUDENTE
Deputado Distrital



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado **Professor Israel**

L I D O
Em, 24/3/15
Assessoria de Gabinete

REQUERIMENTO Nº **RQ 310 /2015**
(Autoria: Deputado **Professor Israel**)

Requer a reconstituição do PL nº 101/2011 e do PL nº 755/2012.

Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Requeiro, com base no artigo 256 do Regimento Interno desta Casa, a reconstituição do PL nº 101/2011 e do PL nº 755/2012.

JUSTIFICAÇÃO

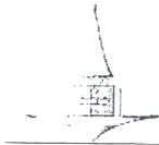
O presente requerimento tem o objetivo de assegurar a continuidade da tramitação do PL nº 101/2011 e do PL nº 755/2012, pois os mesmos precisam ser reconstituídos por motivo de extravio.

Atenciosamente,

Professor Israel
Deputado Distrital
PV

AP. ED. 23/04/2015 16:24
Eduy 12996

> SETAS - 000243 <



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado **Professor Israel**

REQUERIMENTO Nº

RQ 311 /2015

Em, 24/3/15(Autoria: Deputado **Professor Israel**)

Assessoria de Plenário

Requer a retomada da tramitação das
proposições abaixo relacionadas.

> SETAS - 000244 <

**Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Legislativa do
Distrito Federal:**

Requeiro, com base no §1º, do artigo 137 do Regimento Interno desta
Casa, a retomada da tramitação das proposições abaixo relacionadas, de nossa
autoria:

PL 464/2011	PL 526/2011	PLC 12/2011	PL 875/2012	PL 918/2012	PL 919/2012	PL 1032/2012	PL 1268/2012	PL 1390/2013	PL 1414/2013
PL 1471/2013	PL 1517/2013	PL 1537/2013	PL 1690/2013	PL 1747/2013	PL 1770/2014	PL 1809/2014	PL 1815/2014	PL 1822/2014	PL 1842/2014
PL 1843/2014	PL 1844/2014	IND 11554/2013	IND 11779/2013	IND 12834/2013	IND 12835/2013	IND 15905/2014	IND 18862/2014	IND 18863/2014	IND 18864/2014
IND 18865/2014	IND 18866/2014	IND 18867/2014	IND 18868/2014	IND 20790/2014	IND 21060/2014	IND 21061/2014	IND 21062/2014	RQ 322/2011	RQ 582/2011
RQ 1352/2012	RQ 1353/2012	RQ 1755/2012	RQ 1979/2012	RQ 2638/2013	RQ 2993/2013	PR 10/2011	PR 14/2011	PR 49/2012	PR 69/2013
PR 83/2014	PDL 194/2013	PDL 285/2014	PLC 12/2011	PELO 10/2011	PELO 24/2011	PELO 49/2012	PELO 63/2013	PELO 69/2014	PELO 71/2014
PELO 75/2014	PELO 78/2014								

JUSTIFICAÇÃO

O presente requerimento tem o objetivo de assegurar a continuidade da
tramitação das propostas de minha autoria apresentadas nesta Casa no transcurso
da última legislatura.

Atenciosamente,

Professor Israel

Deputado Distrital

PV

 AP. ED. 23/Mar/2015 16:23
Edy 12994



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO WASNY DE ROURE

Gabinete 05 2º andar – Tel: 3348-8052 – Fax: 3348-8053

Em, 24/3/15
 Assessoria de Fienário

REQUERIMENTO RQ 312 /2015

**Do Senhor Deputado Wasny de Roure (PT) e da
 Senhora Deputada Luzia de Paula (PEN)**

Requer a realização de Audiência Pública para discutir a situação das entidades de promoção e assistência social conveniadas com o GDF.

> SETAS - 000245 <

Senhora Presidenta da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Nos termos do artigo 145 do Regimento Interno desta Casa, venho requerer a realização de Audiência Pública para discutir a situação das entidades de promoção e assistência social conveniadas com o GDF.

JUSTIFICAÇÃO

O Distrito Federal possui dezenas de entidades de promoção e assistência social que atendem crianças e adolescentes. Essas entidades são mantidas por meio de doações e parcerias com o poder público.

A falta de apoio e da participação da sociedade está colocando em risco o funcionamento dessas entidades. A crise financeira desencadeada nas instituições gera consequências graves como endividamento e fechamento.

Estão incluídas nesse modelo as creches públicas no modelo de Centro de Educação da Primeira Infância - CEPis, implantadas no ano de 2014 e que dependem das parcerias entre o GDF e a comunidade. Cada unidade custou, em média, R\$ 2,5 milhões e tem capacidade para receber cerca de 112 crianças. Em um espaço aconchegante, com berços para o sono da tarde e cômodos adaptados, mais de 3,1 mil crianças de 0 a 5 anos, no Distrito Federal, passaram a receber, em 10 horas diárias de cuidados, alimentação saudável e muito carinho.

Apesar do trabalho inovador dessas creches públicas e entidades de promoção e assistência social conveniadas com o GDF muitos problemas já se acumulam e entendemos que esta Câmara Legislativa tem a obrigação de discuti-los e propor encaminhamentos de resolução dos mesmos. Há clara necessidade da ampliação do número de vagas, do repasse regular de verba do GDF, da reavaliação do valor per capita, novos investimentos além dos custeios, entre outros problemas.

Gabinete do Dep. Wasny Nakle de Roure – Tel: 3348-8052 – Fax: 3348-8053 Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5 – CEP: 70.094-902 – Brasília/DF - EF

Ass. Dep. 20/04/2015 12:17
 Edy 12484



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO WASNY DE ROURE

Gabinete 05 2º andar – Tel: 3348-8052 – Fax: 3348-8053



Além dos convênios com a Secretaria da Educação as dificuldades das creches estendem-se às relações com a Secretaria de Desenvolvimento Humano e Social (subvenção dos pagamentos de água e luz, vigência dos convênios, etc), Secretaria de Saúde e Secretaria de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude. Desta forma torna-se necessária a discussão integrada dos problemas existentes para que o Poder Executivo, com a interveniência deste Legislativo, possam encontrar caminhos imediatos para a resolução dos problemas enfrentados hoje.

Pelo acima exposto conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste requerimento.

Sala das Sessões, em 24 de março de 2015


Deputado Wasny de Roure-PT


Deputada Luzia de Paula-PEN

> SETAS - 000246 <

DATA RESERVADA NA AGENDA GERAL DE EVENTOS:	
29 / 05 / 15	
HORA: 15	LOCAL: <i>Paul</i>

Quil 11849



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Comissão de Assuntos Fundiários – CAF

REQUERIMENTO Nº RQ 313 /2015
(Da Comissão de Assuntos Fundiários)

LIDO
Em 24/3/15
Assessoria de Plenário

Requer o encaminhamento de solicitação de informações ao ICMBio sobre o Setor Habitacional Arniqueira e a APA do Planalto Central.

> SETAS - 000247 <

ASSESSORIA DE PLENÁRIO	
Recebido em 24/3/15 às	
Assinatura <i>Telma Rufino</i>	Matrícula 11923

Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Requeiro com **urgência**, nos termos que dispõem o art. 40, e incisos III, X e XI, do art. 15 do Regimento Interno da CLDF, que seja solicitado ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, documento técnico da entidade com a representação gráfica da poligonal do Setor Habitacional Arniqueira, composto de três URB's (Projetos Urbanísticos) em superposição com a Poligonal da APA do Planalto Central.

JUSTIFICATIVA

As Comissões Permanentes desta Casa devem exercer a fiscalização e o controle dos atos do Poder Executivo. Para que seja tratado como um assunto fundiário e ambiental de imensa importância, requeremos estas informações para que seja intensificada a discussão com a sociedade, entidades e autoridades competentes.

Ciente da importância de que se reveste a matéria, pedimos a aprovação do presente requerimento.

Sala das Sessões, em de de 2015.

Deputada **TELMA RUFINO**
Presidente - CAF



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Comissão de Assuntos Fundiários – CAF

REQUERIMENTO Nº RQ 314 /2015
~~(Da Comissão de Assuntos Fundiários)~~

24/3/15
M



Requer o encaminhamento de solicitação de informações à Terracap sobre o Setor Habitacional Arniqueira e a APA do Planalto Central.

> SETAS - 000248 <

Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Requeiro com **urgência**, nos termos que dispõem o art. 40, e incisos III, X e XI, do art. 15 do Regimento Interno da CLDF, que seja solicitado à Companhia Imobiliária de Brasília – Terracap, documento técnico da entidade com a representação gráfica da poligonal do Setor Habitacional Arniqueira, composto de três URB's (Projetos Urbanísticos) com os respectivos endereçamentos, em superposição com a Poligonal da APA do Planalto Central.

JUSTIFICATIVA

As Comissões Permanentes desta Casa devem exercer a fiscalização e o controle dos atos do Poder Executivo. Para que seja tratado como um assunto fundiário e ambiental de imensa importância, requeremos estas informações para que seja intensificada a discussão com a sociedade, entidades e autoridades competentes.

Ciente da importância de que se reveste a matéria, pedimos a aprovação do presente requerimento.

Sala das Sessões, em de de 2015.

Deputada **TELMA RUFINO**
Presidente - CAF

> SETAS - 000249 <



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA DEPUTADA TELMA RUFINO

LIDO
Em: 24/3/15
Assessoria de Plenário

REQUERIMENTO Nº RQ 315 /2015

(Autoria: Deputada Telma Rufino)

REQUER A REALIZAÇÃO DE SESSÃO
ORDINÁRIA EXTERNA, EM AGUAS
CLARAS - RA -XX, DENTRO DO
PROJETO "CÂMARA EM
MOVIMENTO".

Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Com fundamento nos art. 2º, § 1º do Regimento Interno desta Casa, requero a realização de Sessão Ordinária externa, na cidade de Águas Claras, RA-XX, dentro do projeto "Câmara em Movimento".

JUSTIFICAÇÃO

O presente requerimento tem como objetivo a realização de Sessão Ordinária externa da Câmara Legislativa na Cidade de Águas Claras RA -XX para debater e evidenciar as diversas questões daquela localidade.

Entendemos que a população daquela Região Administrativa é merecedora, e nesse contexto apresentamos o presente requerimento para o qual solicito aos nobres pares o apoio para a sua aprovação.

Sala das Sessões, de fevereiro de 2015.


Deputada TELMA RUFINO - PPL

Deputado Agaciel Maia - PTC

Deputada Celina Leão - PDT

Deputado Chico Leite - PT
PT

Deputado Chico Vigilante -

Praça Municipal, Qd 02, 2º Andar, Gabinete 08, Brasília/DF - CEP 70.094.902 -
Fone: (61) 3348-8080/8085, Fax: 3348-8080



P.L.D. 09/03/2015 12:52

> SETAS - 000250 <



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA DEPUTADA TELMA RUFINO

Deputado Cristiano Araújo – PTB

Deputado Dr. Michel – PP

Deputado Juarezão – PRTB

Deputada Líliliane Roriz – PRTB

Deputada Luzia de Paula – PEN

Dep. Prof. Reginaldo Veras – PDT
PMDB

Deputado Raimundo Ribeiro – PSDB

Deputado Ricardo Vale – PT
PMDB

Deputada Sandra Faraj – SD

Deputado Wellington Luiz - PMDB

Deputado Delmasso – PTN

Deputado Joe Vale – PDT

Deputado Júlio César - PRB

Deputado Lira – PHS

Deputado Prof. Israel - PV

Depu. Rafael Prudente -

Dep. Renato Andrade - PR

Dep Robério Negreiros -

Dep. Wasny de Roure - PT



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete da Deputada Distrital

C 1 D D

Em 24/03/15

REQUERIMENTO Nº RQ 316 /2015

Assessoria de Finanças

(Deputada CELINA LEÃO e Deputado JÚLIO CÉSAR)

Requer a realização de Audiência Pública, no Auditório do Centro de Ensino Fundamental nº 4, localizado na entre quadra 29/33, área especial, Praça 3, Setor Leste, Gama, no dia 27 de março de 2015, às 17 horas, para debater as questões relativas à Feira dos Goianos do Gama, Distrito Federal.

> SETAS - 000251 <

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Com fulcro nos termos do art. 85, 99, 135, 239, 240 e 241, do Regimento Interno, requeremos a realização de Audiência Pública, no Auditório do Centro de Ensino Fundamental nº 4, localizado na entre quadra 29/33, área especial, Praça 3, Setor Leste, Gama, no dia 27 de março de 2015, às 17 horas, para debater as questões relativas à Feira dos Goianos do Gama, Distrito Federal.

JUSTIFICATIVA

O Requerimento ora posto é no sentido de levantar discussões com as autoridades do DF, bem como com os feirantes, para tratar sobre questões inerentes à Feira dos Goianos do Gama.

Os feirantes da referida feira vem enfrentando diversos problemas que os tem impedido de exercer suas atividades de comércio, portanto esta audiência



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete da Deputada Distrital Celina Leão - PDT

pública tem o objetivo de levantar debates e buscar soluções para que os feirantes possam exercer a atividade de comércio de forma segura.

Diante disso, propomos a realização desta Audiência Pública, para juntamente com as diversas autoridades e os interessados possamos encontrar soluções para sanar os problemas dos feirantes da Feira do Goianos do Gama.

> SETAS - 000252 <

Sala das Comissões, em de de 2015.


Celina Leão - PDT
Deputada Distrital


Júlio César - PRB
Deputado Distrital


DEP. LIRA

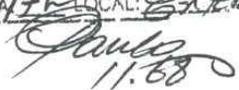

DEP. LUZINA DE PAULA


DEP. RICARDO VALE


DEP. TELMA RUFINO


DEP. PROF. REGINALDO VERAS


DEP. PROF. ISRAEL

DATA RESERVADA NA AGENDA
GERAL DE EVENTOS 17/3/15
HORARIO LOCAL: 8h

11.68

> SETAS - 000253 <



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA DEPUTADA VO

1100
Em 24/3/15
Assinatura

REQUERIMENTO Nº RQ 317/2015 5

(Autoria: Deputada Telma Rufino)

REQUER A REALIZAÇÃO DE SESSÃO
ORDINÁRIA EXTERNA, EM
PLANALTINA - RA -IV, DENTRO DO
PROJETO "CÂMARA EM
MOVIMENTO".

Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Com fundamento nos art. 2º, § 1º do Regimento Interno desta Casa, requero a realização de Sessão Ordinária externa, na cidade de Planaltina - RA-IV, dentro do projeto "Câmara em Movimento".

JUSTIFICAÇÃO

O presente requerimento tem como objetivo a realização de Sessão Ordinária externa da Câmara Legislativa na Cidade de Planaltina RA -IV, para debater e evidenciar as diversas questões de interesse daquela localidade.

Entendemos que a população daquela Região Administrativa é merecedora, e nesse contexto apresentamos o presente requerimento para o qual solicito aos nobres pares o apoio para a sua aprovação.

Sala das Sessões, de março de 2015.

Deputada TELMA RUFINO - PPL

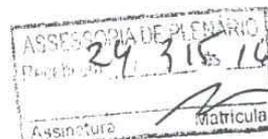
Deputado Agaciel Maia - PTC

Deputada Celina Leão - PDT

Deputado Chico Leite - PT
PT

Deputado Chico Vigilante -

Praça Municipal, Qd 02, 2º Andar, Gabinete 08, Brasília/DF - CEP 70.094.902 -
Fone: (61) 3348-8080/8085, Fax: 33488083



APLID: 19/03/2015 12:52

> SETAS - 000254 <



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA DEPUTADA TELMA RUFINO

Deputado Cristiano Araújo – PTB

Deputado Dr. Michel – PP

Deputado Juarezão – PRTB

Deputada Liliane Roriz – PRTB

Deputada Luzia de Paula – PEN

Dep. Prof. Reginaldo Veras – PDT
PMDB

Deputado Raimundo Ribeiro – PSDB

Deputado Ricardo Vale – PT
PMDB

Deputada Sandra Faraj – SD

Deputado Wellington Luiz - PMDB

Deputado Delmasso – PTN

Deputado Joe Vale – PDT

Deputado Júlio César - PRB

Deputado Lira - PHS

Deputado Prof. Israel - PV

Depu. Rafael Prudente -

Dep. Renato Andrade - PR

Dep Robério Negreiros -

Dep. Wasny de Roure - PT

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início		
24	03	2015	15h50min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 20ª
(VIGÉSIMA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 24 DE MARÇO DE 2015.**

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido a Deputada Luzia de Paula a secretariar os trabalhos da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pela Sra. Secretária.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – O Expediente lido vai à publicação.

A Presidência vai suspender os trabalhos, apesar do *quorum*, uma vez que os Líderes se encontram em discussão no Colégio de Líderes. Então, está suspenso o início dos trabalhos propriamente dito. Aguardamos a conclusão dos trabalhos do Colégio de Líderes.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 15h57min, a sessão é reaberta às 16h30min.)

(Assume a Presidência o Deputado Bispo Renato Andrade.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Dá-se início ao
PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel Batista. (Pausa.)

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 24 03 2015	Horário Início 15h50min	Sessão/Reunião 20ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 2

Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (Partido dos Trabalhadores. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, aqui desta tribuna no dia de hoje, terça-feira, eu trago um fato realmente gravíssimo. É a questão da paralização da construção das creches, que são os centros de ensino infantil do Distrito Federal.

Eu tenho aqui uma relação de obras, como, por exemplo, o Centro de Ensino Infantil de São Sebastião, que foi concluído em janeiro. O de Santa Maria, também em janeiro. O de Samambaia, em janeiro também. Aí, há mais 19 centros de ensino infantil, todos com as obras paralisadas. Todos com as obras paralisadas – eu vou divulgar a relação completa – por pura incompetência do pessoal que está na direção da Secretaria de Educação do Distrito Federal.

Deputada Luzia de Paula, que é uma companheira reconhecidamente defensora das creches, dá pena o que está acontecendo com relação à construção do Centro de Ensino Infantil. Eu e V.Exa. participamos de algumas inaugurações. Nós vimos a qualidade das obras, mas o problema é que a turma que está lá na Secretaria de Educação, ao assumir, desmontou o setor que cuidava disso, que era de funcionários de carreira, engenheiros e arquitetos da Secretaria de Educação do Distrito Federal. À medida que eles desmontaram o acompanhamento das obras e não tiveram a capacidade de alimentar o sistema do SNDE para que este entregue – porque o SNDE repassa o recurso e paga de acordo com o andamento da obra –, o SNDE não tem como repassar os recursos. À medida que ele não repassa os recursos, o Distrito Federal não recebe e as obras são paralisadas. Ainda tem a contrapartida do Distrito Federal, que é a Fonte 100. Também não estão pagando.

Portanto, é grave, Deputado Wasny de Roure. Eu tenho alertado aqui o Governador Rodrigo Rollemberg. Ele é uma pessoa bem intencionada. Acredito que ele está sendo mal informado. Na verdade, essa turma que está na Secretaria de Educação do Distrito Federal não dá conta de tocar uma estrutura tão importante.

Como se não bastasse, há outra situação grave. Sabemos o quanto foi importante a criação do Cartão Material Escolar: um cartão do BRB que o pai ou a mãe de família vai a uma loja credenciada, compra o material didático, passa o cartão, e o governo paga. O valor era de R\$380,00 por criança. O governo do Distrito Federal, primeiro, ameaçou acabar com ele; estava fazendo uma licitação para comprar e voltar aqueles *kits* horrorosos, horrendos. Depois, com a grita geral da população, o Governador voltou atrás e reduziu o valor dele para R\$80,00. Agora, estou aqui, em mãos, com o ofício circular assinado pelo Sr. Júlio Gregório Filho, Secretário de Educação, dizendo que não irá pagar, dizendo que o cartão material escolar deixou de existir.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
		3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página
24 03 2015	15h50min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA		3

Quem mora em cidade como Ceilândia, onde moro, tem visto constantemente os carros de sons nas ruas dizendo para procurar as lojas credenciadas. As mães estavam esperando por esse atendimento. V.Exa., Deputada Luzia de Paula, sabe que no P Norte, assim como no P Sul, onde moro, passa constantemente os carinhos avisando. Agora, Deputado Agaciel Maia, acabaram também com o cartão material escolar. Com esse Secretário de Educação, com essa cúpula que colocou na secretaria, o Governador Rollemberg não precisa de inimigos, porque esses já fazem o bastante, Deputada Telma Rufino, para o desgaste do Governador. É muito ruim mexer com crianças, com os interesses de pessoas mais pobres. Portanto, essa é uma questão fundamental que precisa ser reestabelecida imediatamente. Apelo ao Governador Rodrigo Rollemberg para que S.Exa. determine a volta do cartão material escolar, como também o núcleo que cuidava do acompanhamento dos centros de ensino infantil que era composto por arquitetos e engenheiros do quadro da Secretaria de Educação, pessoas da mais alta qualidade.

Por último, Sr. Presidente, quero me dirigir aos funcionários que estão aqui e que já poderiam ser policiais civis do Distrito Federal se não fosse a morosidade e a preguiça do governo. Eu quero dizer que o nível de aposentadorias, hoje, na segurança pública do Distrito Federal, delegados e agentes, está em um ritmo frenético. Cada um que se aposenta torna o atendimento mais precário ainda na segurança pública do Distrito Federal. Não adianta ficar dizendo que caiu a criminalidade em janeiro, porque nesse mês até os bandidos estão fora do Distrito Federal. Saíram para procurar outros cantos para roubar, mas agora estão voltando. Portanto, devem chamar esses meninos e meninas que estão aqui – tenho liberdade de chamá-los assim, porque a maioria tem idade para ser meus filhos –, sei da competência deles, porque passaram por um dos concursos mais difíceis do Distrito Federal. Assim, apelo ao Governador que cumpra o escalonamento e determine a contratação imediata para que vocês possam ajudar a preservar a segurança dos homens e mulheres de bem, dos trabalhadores do Distrito Federal. Um abraço a vocês.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Muito obrigado, Deputado Chico Vigilante.

Aproveito as palavras de S.Exa. para cumprimentá-los e dizer que vocês são bem-vindos à nossa Casa. Contem com a nossa solidariedade. Esperamos que o Governador Rodrigo Rollemberg os nomeie de imediato.

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (Bloco Força do Trabalho. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero ressaltar o sucesso que tem o Refis, uma oportunidade que a Câmara Legislativa construiu junto com o governo para que todas as pessoas que têm dívidas com o Governo do Distrito Federal – não só as que estão na dívida ativa, mas inclusive as que

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 03 2015		15h50min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA		4

atrasaram uma prestação no mês de dezembro de 2014 – possam ir ao Centro de Convenções através de uma participação com o Conselho Nacional de Justiça, chegar lá, fazer o pagamento de 50% até 99% da sua dívida e já sair com a certidão negativa.

Foi bom para a população porque deu oportunidade a quem, por um motivo financeiro – porque estava temporariamente desempregado ou tinha feito um gasto de saúde –, não pôde pagar o IPVA do carro ou o IPTU da residência, que estariam sujeitos a juros até de 99%, pudesse ir ao Centro de Convenções pagá-los ao preço da época sem multa, ou com desconto de 99%, se for à vista. Foi bom para a população – a participação está maciça – e foi bom para o governo, porque está arrecadando mais, possibilitando inclusive fazer a contratação desses concursados que estão fazendo peregrinação há muito tempo.

Eu e o Deputado Wasny de Roure estivemos no ano passado com o Governador, com vocês. Estou como Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, e qualquer matéria que venha dar um parecer favorável à contratação de vocês no que diz respeito a remanejamento de despesa, podem contar com o Deputado Agaciel Maia.

É importante, Deputada Luzia de Paula, dizer que o governo, ao criar o Refis, está criando mecanismos de obtenção de recursos sem necessariamente ter que aumentar impostos. No Distrito Federal, mesmo com essa crise financeira, Deputado Wasny de Roure – V.Exa. é economista renomado, professor de todos nós – ainda existe, Deputado Ricardo Vale, a possibilidade de financiamento junto a organismos internacionais, até mesmo ao BNDES, que faça frente ao aspecto financeiro e o coloque em dia, saneando as dívidas do Distrito Federal.

A exemplo do Refis, existe uma série de outras iniciativas. Nós sabemos que há grande evasão, temos uma dívida, dos maiores fornecedores, de 16 bilhões de reais que podem ser cobrados, para que não haja necessidade de o governo atribuir aumento de taxas ou impostos, penalizando a população. Na realidade, precisamos é receber dos malandros que estão dando golpe no governo e não estão pagando seus impostos.

Eu gostaria de ocupar a tribuna nesta tarde apenas para fazer destaque a essa iniciativa exitosa de que todos nós participamos. Eu fui relator na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e também em plenário do Refis, que está possibilitando ajudar a população e o governo. Ou seja, quando é bom para a população e para o governo, é bom para todos nós.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Muito obrigado, Deputado Agaciel Maia.

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início		
24	03	2015	15h50min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (Bloco Democrático Trabalhista Progressista. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde a todos. Um especial boa-tarde a todos os nossos companheiros da Polícia Civil, futuros colegas. (Palmas.)

Sr. Presidente, hoje cedo recebi a comissão, eu diria, desses heróis e heroínas. Eu acho que o estágio probatório deles está sendo feito agora, durante esse período. Uma coisa que o policial tem que ter é preparo psicológico, e a paciência que esses meninos e meninas, carinhosamente falando, têm tido é demais.

Essa enrolação dos governos com esse pessoal traz um prejuízo direto à população do Distrito Federal. A criminalidade está crescendo porque não temos órgãos repressores eficientes por falta de pessoal. Competência não falta, o que falta hoje é material humano suficiente para enfrentar a criminalidade. Nós temos que ter seriedade.

Eu sou testemunha da *via crucis* desses candidatos, há tanto tempo tentando garantir o sagrado direito de serem empossados naquele concurso em que foram aprovados, para o bem de Brasília. Não é para fazer favor a eles, não, porque essas pessoas terão como instrumento de trabalho a própria vida. O instrumento de trabalho de um policial é a vida. Muitos de vocês sairão, e infelizmente não voltarão para casa, como nós já vimos muitos. Eu, infelizmente, vi um colega morrer a três metros, trabalhando. É assim que funciona a polícia. Então, o favor está sendo feito à sociedade. É a sociedade que esses homens e mulheres querem proteger, e hoje eles conseguem.

Eu diria que o Governo Rollemberg tem a grande oportunidade de fazer justiça. Olhem o documento: os primeiros serão nomeados em maio, cinquenta policiais. Isso aí não resolve, não é nem um quarto da minha turma, que vai se aposentar este ano. Para vocês terem ideia – isso é dado numérico, estatístico –, nós somos 220 da turma de 1990, e a grande maioria se aposentará. Cinquenta não é nem um quarto disso. Nem um quarto!

É necessário que o Governo do Distrito Federal, depois de uma verdadeira demonstração de responsabilidade do Diretor da Polícia Civil, Dr. Eric Seba – estive com ele hoje –, e compromisso que tem de convocar os senhores e as senhoras, agora a bola está com o Governador Rollemberg. Esta quantidade aqui, eu sinceramente até disse para alguns que foi pouco demais. Foi pouco demais! (Palmas.) A gente começa a contratar de cinquenta em cinquenta, até dezembro. Então, nós temos possibilidades.

Mais uma vez vou deixar bem claro aqui: a Lei de Responsabilidade Fiscal não alcança os policiais civis do Distrito Federal. Nós somos mantidos e organizados pela União, e quem nos rege financeiramente é a Lei nº 10.633, que criou o Fundo Constitucional. Então, desde 2003 a Fonte 100 não compra um parafuso para a Polícia Civil. Todo esse dinheiro virá da União, virá do Fundo Constitucional do DF.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 24 03 2015	Horário Início 15h50min	Sessão/Reunião 20ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 6

Portanto, recurso para contratar existe. O que falta é boa vontade, o que falta é compromisso. Para concluir, Sr. Presidente, o que falta é compromisso. (Palmas.)

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Deputado Bispo Renato Andrade.

Deputado Wellington Luiz, primeiro quero parabenizar V.Exa. por essa defesa. Eu quero corroborar com V.Exa. dizendo o seguinte: a Lei de Responsabilidade Fiscal não impede a contratação imediata dos policiais civis que passaram no concurso público do Distrito Federal. E ainda digo mais, Deputado Wellington Luiz: o Distrito Federal precisa desses agentes. Diversas vezes nós viemos ao plenário dizer que o Governo do Distrito Federal, que o Distrito Federal precisa desses agentes para melhorar a segurança pública.

V.Exa. é policial civil, foi presidente do sindicato e brilhantemente defende essa nomeação. Eu gostaria de propor a V.Exa. – se o fizer, terá a minha assinatura – que encaminhe uma moção pedindo ao Governador a imediata nomeação dos policiais que passaram no concurso público. Não precisa de cronograma.

O Orçamento da União foi aprovado na semana passada já com a previsão, Deputado Wellington Luiz, da contratação de mais de 700 policiais. Foi aprovado no Orçamento Geral da União esse incremento.

Então, nós precisamos, sim, pedir ao Governador do Distrito Federal, ao Secretário de Gestão Administrativa e Desburocratização e ao Diretor da Polícia Civil – aliás, ele tem sido muito solícito, inclusive deu um parecer favorável à nomeação dos policiais, por isso quero parabenizar o Dr. Eric Seba, que tem brilhantemente exercido a sua função – e ao Secretário de Segurança que, na semana que vem, nomeie todos os policiais que passaram no concurso público. Esse ato vai melhorar a segurança pública no Distrito Federal.

Muito obrigado, Deputado Wellington Luiz.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Eu quero cumprimentar V.Exa. e os servidores concursados.

Deputado Rodrigo Delmasso, primeiramente é extremamente importante destacar que se trata de um concurso extremamente difícil. Aqueles que foram aprovados é porque passaram por sérios e criteriosos procedimentos seletivos, além

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 03 2015		15h50min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA		7

de observarem as cotas de deficientes. Portanto, esse é um concurso extremamente seletivo.

Em segundo lugar, a Polícia Civil no Distrito Federal vive um quadro de extrema emergência. As necessidades da corporação e o pleno funcionamento da instituição V.Exa. conhece por ser servidor de carreira da Polícia Civil. Estou falando com uma pessoa que conhece.

Deputado, com todo o respeito ao que foi sugerido e que deve ser feito – eu apenas quero colaborar e me colocar à disposição e V.Exa. sabe do respeito que nutro pela sua liderança dentro da corporação –, eu gostaria de propor que nós levássemos uma manifestação dos Deputados ao Ministério do Planejamento. Por quê? Explico. V.Exa. sabe que o concurso público no Distrito Federal para os quadros da Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros se dá por uma autorização do Congresso Nacional. Essa autorização é associada a exigências previamente estabelecidas do ponto de vista das necessidades de segurança da população. Há algo extremamente precioso: essa é uma nomeação que tem cobertura não do Tesouro do Distrito Federal, e sim do Tesouro da União através do Fundo Constitucional do Distrito Federal. Essa cobertura, diga-se de passagem, segundo a recente decisão tomada pelo Governo Federal, é direta. Os recursos que se destinam ao pagamento da área da educação e da saúde devem ser transferidos para o Governo do Distrito Federal para que este faça o pagamento. Os servidores da segurança pública são pagos pela própria União, ainda que os recursos sejam do Fundo Constitucional. Portanto, é extremamente importante termos o encontro no Ministério do Planejamento, levando essas preocupações que a Câmara Legislativa como um todo tem com relação à contratação. É bem verdade que esse número já ultrapassa a previsão estabelecida, mas ultrapassa dentro daqueles que já fizeram a academia e as exigências necessárias.

O colega até já falou sobre essa questão da aposentadoria, que é também de domínio de V.Exa. No ano passado, em particular, com a decisão de as mulheres se aposentarem com tempo menor, foi ampliada a perda de servidores na carreira da segurança pública, sobretudo na Polícia Civil.

Portanto, eu quero endossar a palavra de V.Exa. e incorporar-me a V.Exa. para que a gente faça um ofício em conjunto com a sua assessoria, que detém amplo domínio do assunto. Dessa forma, podemos, junto com outros Deputados, ir ao Ministério do Planejamento levar esse debate. Eu acho que eles ajudariam muito a influenciar a decisão do Governador Rodrigo Rollemberg.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – O Deputado Wasny de Roure sempre nos ajudou, sempre foi um aliado nosso. A gente agradece.

Uma coisa tem que se destacar, Deputado, V.Exa. falou da necessidade. Recentemente, Sr. Presidente, eu estava almoçando com o Diretor da Polícia Civil e aconteceu um fato bem interessante, que, eu diria, foi a demonstração de que nós

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 24 03 2015	Horário Início 15h50min	Sessão/Reunião 20ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 8

chegamos ao caos. Um policial ligou pra gente – eu estava com o ex-Presidente do Sindicato – e informou que estava ocorrendo um assalto próximo à 5ª Delegacia de Polícia, só tinham dois policiais no plantão e a vítima tinha reconhecido os assaltantes. Ele teve que ligar para o Diretor da Polícia para perguntar se ia atrás do bandido ou se mantinha a delegacia aberta porque os dois policiais que lá estavam tinham que decidir.

Na Capital da República, no centro de Brasília, nós tivemos que fechar a delegacia para prender os bandidos que tinham assaltado uma senhora. Essa é uma demonstração clara do caos a que nós chegamos. Não tem justificativa para isso. Em que pese o que foi dito pelo Deputado Wasny de Roure, temos de considerar o que foi bem lembrado pelo Deputado Rodrigo Delmasso: a contratação, a bem da verdade, teria que ser de todos imediatamente porque esses 590 não substituem nem aqueles que estão se aposentando e os que foram embora porque não aguentaram a jornada de trabalho escravizadora que existe hoje na Polícia Civil do Distrito Federal.

Então, quero parabenizar vocês pela luta, pelo empenho e dizer que vocês não vão ter vida fácil, não. Da forma como os governos têm tratado a Polícia Civil, o resultado é esse: aumento de violência. Não se faz segurança sem policiais e temos que ter responsabilidade.

Conto com o Governo do Distrito Federal, com o nosso Governador Rodrigo Rollemberg para que, com muita responsabilidade, no mínimo, atenda o que está neste acordo, em que vocês tiveram muita responsabilidade tentando achar uma saída. Agora, que dá para contratar todo mundo de uma vez, disso eu não tenho dúvida. Que dá, dá.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Muito obrigado, Deputado Wellington Luiz.

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel.

DEPUTADO PROF. ISRAEL (Bloco Sustentabilidade, Trabalhismo e Solidariedade. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar a todos. Quero cumprimentar os nossos guerreiros da polícia que passaram no concurso e agora precisam dessas nomeações. É uma luta justa e Brasília precisa disso. Parabéns pela briga de vocês.

Neste final de semana, nós vivenciamos o Dia Mundial da Água, e eu me posicionei dizendo que nós não temos nenhuma comemoração a fazer.

A crise hídrica que assolou o País é fruto da má gestão dos nossos recursos hídricos. O Brasil consome quase duas vezes mais a quantidade de água recomendada pela Organização Mundial da Saúde. Ou seja, essa nossa riqueza, que

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 24 03 2015	Horário Início 15h50min	Sessão/Reunião 20ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 9

hoje é uma bênção para o nosso país tem se tornado um problema sério para nós. E, até 2013, espera-se que o País já vivencie uma aguda crise hídrica. Hoje, o que estamos vivenciando é uma pálida demonstração do que vamos viver no futuro bem próximo. O Estado do Goiás tem cerca de 17 milhões de litros de água potável para cada habitante. O Distrito Federal, para cada habitante, tem 1,7 milhão de litros de água. Um milhão e setecentos mil litros de água parece muito, Deputado Prof. Reginaldo Veras, mas é muito pouco em relação ao nosso vizinho, Goiás. E, em termos de Brasil, o Distrito Federal, mesmo sendo abastecido por Corumbá, tem a menor disponibilidade de água. Mesmo diante dos estados nordestinos mais secos de todo o País, o Distrito Federal tem a menor disponibilidade de água.

Hoje, temos entrega de água potável em praticamente 100% das casas do Distrito Federal. E, hoje, temos um grande desperdício. Mas o que mais prejudica a situação da água no Distrito Federal é que 40% da nossa cidade ainda não tem coleta de esgoto. Embora tenhamos uma boa distribuição de água, nós não temos uma coleta de esgoto em toda a cidade. E isso tem gerado a contaminação do nosso lençol freático.

Para piorar, nós estamos colocando o direito à moradia como se fosse superior ao direito de tomarmos água. A leniência dos governos, a falta de fiscalização permitiu a ocupação de terrenos de nascentes de água. E isso tem prejudicado profundamente a nossa cidade. É certo que o direito à moradia é considerado um direito fundamental. Também o direito ao saneamento é um direito humano fundamental de segunda geração, e o direito ao acesso a água é um direito humano fundamental. Agora, o direito de um milhão de pessoas de morarem não pode, como ocorre no caso de São Paulo, subverter o direito de vinte milhões de pessoas de tomarem água, que é um direito por princípio, pela sobrevivência humana. E nós precisamos tomar conta dessa situação, porque o caso do Distrito Federal já é um caso gritante.

A crise hídrica no Brasil tem diversas motivações. Mas, hoje, quero pontuar que já há estudos que demonstram que, nesse andar da carruagem, Brasília vai viver uma crise hídrica parecida com a atual crise de São Paulo já em 2018, portanto 12 anos antes da crise hídrica que vai assolar o Brasil caso a carruagem continue a andar desse jeito. Isso quer dizer que, nas próximas eleições, o debate será sobre a crise hídrica em Brasília. Estamos falando de 2018, daqui a pouco.

Então, quero chamar atenção para essa lástima e quero expressar a minha tristeza por saber que o País, que detém 13% da água potável do planeta, não tem o que comemorar no Dia Mundial da Água.

Sr. Presidente, muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Deputado Prof. Israel, muito obrigado.

Passa-se aos

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS		
		Data	Horário Início			Sessão/Reunião
24	03	2015	15h50min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA		10

Comunicados de Parlamentares.

O Deputado Wasny de Roure tem de ir a uma audiência no Ministério e precisa falar antes dos demais Parlamentares. Espero a aquiescência dos nobres Deputados para que isso possa acontecer. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu agradeço a compreensão de V.Exa. e dos colegas, tendo em vista que, logo em seguida, eu terei uma audiência com o Ministro do Trabalho para discutir o processo de legalização de sindicato de professores e estabelecimentos que se encontra em curso naquele ministério.

Minha solidariedade aos concursados da Polícia Civil. Quero destacar, na pessoa do Diogo, a dedicação, a garra, a competência e a desenvoltura de todo esse conjunto de servidores da Polícia Civil. Temos convicção de que serão chamados. Eles conquistaram esse direito nas provas. Tenho absoluta convicção de que o Governador Rollemberg terá sensibilidade e cuidado com a coisa pública, em particular a segurança, para convocá-los o mais rapidamente possível. Até porque quem indica uma pessoa da envergadura do Dr. Eric para dirigir a Polícia Civil é porque tem noção da magnitude da responsabilidade.

Sr. Presidente, eu havia pedido para fazer essa intervenção nesta tarde, Deputada Luzia de Paula, porque, como foi noticiado pelos meios de comunicação no dia de hoje, ontem a Procuradoria do Distrito Federal apresentou a argumentação, Deputado Ricardo Vale, do entendimento do governo sobre a arguição do Ministério Público sobre a ilegalidade de 33 projetos de lei votados nesta Casa que reestruturaram várias carreiras, alegando falta de previsibilidade na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2015.

Sr. Presidente, V.Exa. é um advogado. Permita-me apenas ler a conclusão do entendimento do parecer da Procuradoria, que representa os interesses do Distrito Federal. Vejam bem: "Tendo em vista os argumentos arrolados, propugna-se preliminarmente pela convocação de audiência pública nos termos do artigo 9 da Lei Federal nº 9.868, de 1999, visto que tal medida emprestará maior legitimidade democrática à decisão que será tomada." Esta é a recomendação que a Procuradoria propôs: audiência pública. E não existe outro local melhor do que a própria Câmara Legislativa.

Segundo parágrafo da conclusão: "Caso assim não se entenda, requer-se que a Corte julgue improcedente o pedido formulado na inicial" – a inicial é a do Ministério Público – "considerando constitucionais as leis apontadas na inicial, determinando a correta interpretação dos preceitos da Lei Orgânica do Distrito Federal apontados como violados. Numa eventual declaração de inconstitucionalidade, requer-se a modulação dos efeitos da decisão na forma do artigo 27 da Lei federal nº 9.868, de 1999, para que seus termos somente venham a

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 24 03 2015	Horário Início 15h50min	Sessão/Reunião 20ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 11

surtir efeitos a partir da data do julgamento da ação, tendo em vista que os aumentos a serem implementados estão previstos para o final do presente exercício financeiro. Protesta-se pela produção de prova pericial na forma do artigo 9, § 1º, da Lei nº 9.868, de 1999, caso se entenda que haja necessidade de esclarecimento de matéria ou circunstância de fato para fins de modulação de efeitos de uma eventual decisão pela procedência dos pedidos constantes da inicial.

11 de março de 2015.

Governador do Distrito Federal, Rodrigo Rollemberg.

Procuradora-Geral Adjunta, Tatiana Muniz Silva Alves.

Procurador do Distrito Federal, Léo Ferreira Leoncy.”

Eu quero, Sr. Presidente, destacar ainda a defesa feita pela Procuradoria Geral da Câmara Legislativa, sobretudo a nossa Presidenta, Deputada Celina Leão, que assina a peça, a Procuradora-Geral, Dra. Ana Carolina, como também o Dr. Luis Eduardo Toniol.

Sr. Presidente, veja bem a argumentação da Casa, muito bem fundamentada, na qual ela resgata uma representação de 1998, pelo Ministério Público, que depois tornou-se a ADIn 1.585, que trata da ausência de dotação orçamentária prévia em legislação específica, não autoriza a declaração de inconstitucionalidade da lei, impedindo apenas a sua aplicação naquele exercício. Diz, Sr. Presidente: “Ora, manifesta-se eloquente a incongruência do pedido, ou se requer a inconstitucionalidade com efeito *ex tunc*, o que afetaria o inteiro teor das normas questionadas, inclusive as parcelas já pagas nos exercícios de 2013 e 2014, ou se requer a declaração modulada, de forma que eventual julgamento pela procedência abarque apenas e tão somente as parcelas a serem pagas no exercício de 2015.”

Ainda assim, Sr. Presidente, a hipótese em testilha é diversa, porquanto, consoante exaustivamente debatida, registrou-se prévia e específica autorização para a concessão do reajustamento na LDO de 2013, bem como suficiente dotação de recursos orçamentários nas leis orçamentárias específicas de cada exercício financeiro em que seria realizada a parcela de reajustamento concedido.

Aí, a nossa Procuradoria aqui diz que não cabe imputar ao servidor público distrital o ônus da eventual correção dos rumos, em face da pretensão de descontrole.

Sr. Presidente, esta é uma peça que todos os colegas Deputados deveriam ler, como também a peça da Procuradoria. Tenho o maior respeito pelo Ministério Público. Quero registrar isso, Sr. Presidente.

Todos aqui votaram recentemente uma emenda nossa que colocou o Ministério Público acessando o Siggo – Sistema Integrado de Gestão Governamental,

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS		
		Data	Horário Início			Sessão/Reunião
24	03	2015	15h50min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA		12

que é o sistema de execução do Orçamento do Distrito Federal. Entendo a relevância de uma sociedade democrática do Ministério Público, mas, neste momento, uma lei, aprovada em 2013, de reestruturação de carreiras é um prejuízo e leva a uma conturbação na vida da nossa sociedade.

Ainda que o parecer da Procuradoria possa ser, de certa forma, um pouco lacônico, ele direciona a defesa do Governo do Distrito Federal em prol das proposições votadas nesta Casa. Essa é uma afirmação do valor desta Casa em detrimento da importância que os servidores públicos têm.

Sr. Presidente, estou concluindo. Sei que estou exorbitando do meu tempo. Peço desculpas a V.Exa.

Deputado Prof. Reginaldo Veras, o Ministério Público, no diálogo, argumentou conosco que algumas das leis foram votadas de maneira açodada, nesta Casa. Ora, Sr. Presidente, estávamos no final de 2013. É verdade que alguns projetos foram votados diretamente no plenário, porque assim as comissões entenderam, pela dificuldade de quórum que estava havendo naquela ocasião. Isso não deve servir de pretexto para prejudicar 33 proposições, em detrimento de três ou quatro. Isso é uma afronta a uma conquista que os servidores públicos tiveram a partir da importância que representa as reestruturações. Além disso, tivemos quase 36 mil convocações de servidores.

Portanto, espero que o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, que nas próximas semanas deve julgar essa petição do Ministério Público, acolha as argumentações tanto da Procuradoria desta Casa, quanto da Procuradoria do Governo do Distrito Federal, que tem absoluto controle do orçamento e das condições financeiras do Distrito Federal, para fazer frente àquilo que são as atribuições delegadas nessas proposições.

Meus cumprimentos a essas duas instituições, que tiveram a grandeza... Eu espero que a imprensa do Distrito Federal dê o mesmo espaço, as mesmas linhas, as mesmas manchetes que deu quando tentaram sacar contra esta instituição a notícia de que votou matéria sem estar devidamente instruída. Espero que a imprensa dê o devido aprofundamento a esse debate, assim sustentado por outras casas que analisam a ordem jurídica do nosso país.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Muito obrigado, Deputado Wasny de Roure.

Dando continuidade aos Comunicados de Parlamentares, concedo a palavra à Deputada Sandra Faraj. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 24 03 2015	Horário Início 15h50min	Sessão/Reunião 20ª SESSÃO ORDINÁRIA	

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, volto a um assunto que tenho trazido constantemente a esta Casa: a operação desastrosa, criminosa do cartel dos combustíveis no Distrito Federal.

O *GI*, jornal eletrônico do Sistema Globo de Televisão, traz uma matéria importantíssima hoje. Ele dá conta de que, segundo o Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ, o preço médio da gasolina está acima do de estados como Goiás, Roraima e Rondônia.

Já estive em Roraima; trabalhei na construção civil de lá. Pergunto: o que leva Roraima a ter uma gasolina mais barata do que no Distrito Federal? O que leva Rondônia, que está coberto de água – a gasolina lá chega de balsa –, a ter uma gasolina mais barata do que o Distrito Federal? Por que o Distrito Federal, que tem a maior galonagem – é aqui onde mais se vende gasolina –, a maior lucratividade, é o terceiro estado da federação com o maior índice de preços? Se não é ganância, se não é ação do cartel...

Todos estão lembrados aqui do meu projeto que abala um pouco esse cartel, porque abre a possibilidade de supermercados terem posto de gasolina. É o que há em Goiânia, em Juiz de Fora, em Belo Horizonte, em São Paulo e em todos os estados, para que haja competitividade.

Quando discutimos o preço e apresentamos o projeto, houve 23 votos no primeiro turno. No segundo turno, precisávamos de treze votos, mas só alcançamos dez. Eu reapresentei o projeto, e ele está pronto para ser votado nesta Casa. São necessários 13 votos favoráveis, 13 votos, a metade mais um nesta Casa, para fazermos com que a população do Distrito Federal se livre dessa maldição, desse cartel maldito, Deputado Juarezão.

Cada R\$ 0,01 (um centavo) a mais no preço da gasolina em Brasília, Deputado Ricardo Vale e Deputado Rodrigo Delmasso, corresponde a mais de um milhão de reais. Portanto, um verdadeiro crime que é praticado contra a população do Distrito Federal.

Lá no Maranhão, onde eles tentaram cartelizar também, Deputado Wellington Luiz, o Ministério Público do Maranhão entrou com uma ação, e imediatamente – em uma semana – eles reduziram o preço. Hoje o valor é de R\$ 3,29 (três reais e vinte e nove centavos) nos postos lá dos confins do Estado do Maranhão. O salário é praticamente o mesmo, os uniformes são os mesmos.

Nós precisamos que esta Casa demonstre que está ao lado do povo e vote o meu projeto.

Em um jornal daqui dessa cidade, que não é o *Correio Braziliense*, cada vez que falo em preço de gasolina, eles encontram uma maneira de me dar uma cacetada. Mas, como eu sou do interior do Brasil, como eu não tenho medo

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 24 03 2015	Horário Início 15h50min	Sessão/Reunião 20ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 14

absolutamente de nada, como eu sempre me posicionei ao lado da população, vou pedir que seja colocado novamente em pauta, Deputado Dr. Michel, o meu projeto.

Esta Casa hoje tem uma nova composição, com Deputados eleitos que eu sinto – porque eu tenho conversado com V.Exas. – que estão efetivamente a serviço da população, e não de um cartel. Mas na hora, Deputada Telma Rufino, em que colocarmos o projeto em votação, V.Exa. vai ver os operadores do cartel, de gabinete em gabinete, conversando com V.Exas., pedindo para não votarmos e dizendo que eu quero quebrar o mercado.

Tudo isso é falácia, é mentira! O que eu quero é diminuir essa margem absurda de lucro. Isso é crime, Deputado Prof. Reginaldo Veras. O que se pratica no Distrito Federal é atitude criminosa. O cartel no Distrito Federal é uma organização criminosa que precisa ser punida.

Portanto, eu vou pedir à nossa Presidenta Celina Leão que pauta novamente o meu projeto e espero contar com 13 votos de homens e mulheres desta Casa que não irão se curvar aos interesses de um cartel tão maléfico à população do Distrito Federal, de uma organização criminosa como o cartel dos combustíveis.

Faço um apelo ao Procurador-Geral, Dr. Leonardo Bessa, que operou ação na época em que era da divisão de defesa do consumidor do Ministério Público, para que ele, mais uma vez, entre com uma ação para limitar o lucro absurdo que essa gente está tendo no Distrito Federal.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Muito obrigado, Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, com base no art. 259 do Regimento Interno desta Casa, gostaria de solicitar a V.Exa. a inversão de pauta para que a gente possa votar os projetos, alguns vetos que o Governador do Distrito Federal encaminhou a esta Casa e alguns requerimentos de Parlamentares que estão na Ordem do Dia.

Solicito, também com base no art. 259, a inclusão como item extrapauta do Requerimento nº 5, aprovado hoje na Comissão de Constituição e Justiça, que diz respeito à criação de comissão especial de combate à pedofilia aqui no Distrito Federal.

Solicito ainda a retirada da votação de hoje do requerimento que cria comissão especial sobre o direito da pessoa com epilepsia.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início		
24	03	2015	15h50min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

Assim, o que solicito é a inversão para que sejam votados os vetos e os requerimentos que estão na pauta; a retirada do requerimento que cria comissão especial sobre epilepsia; a inclusão na pauta da criação de comissão especial sobre o combate à pedofilia.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apelo para a sensibilidade que sempre tem conduzido os seus caminhos, para que V.Exa., por gentileza, leia uma moção que é extremamente importante para que a gente possa fazer uma audiência pública em homenagem aos autistas.

Então, peço a V.Exa. a leitura por esse competente assessor Marcelo, que da última vez foi mal interpretado por mim.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Qual é mesmo o requerimento, Deputado?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – O que manifesta votos de louvor e parabeniza os profissionais e voluntários que se dedicam a conscientizar a sociedade sobre o transtorno do espectro autista.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Acatada a sua solicitação. Deputado Rodrigo Delmasso, duas solicitações foram acatadas. Mas, para inverter a pauta, preciso consultar se os Deputados abrem mão da fala. Se todos abrem mão, permaneçam como estão.

DEPUTADO DR. MICHEL – Quero falar, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Então continuamos com os Comunicados de Parlamentares, já que o Deputado Dr. Michel se manifestou.

Os demais concordam? (Pausa.)

Acatamos a questão de ordem para, logo em seguida à fala do Deputado Dr. Michel, apreciarmos os requerimentos, moções e vetos.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – O Expediente lido vai à publicação.

Concedo a palavra ao Deputado Dr. Michel.

DEPUTADO DR. MICHEL (PP. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Sr. Presidente, boa tarde a todos os presentes, boa tarde aos policiais civis que se encontram nesta Casa, meus colegas de profissão. (Palmas.)

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início		
24 03 2015		15h50min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA		16

Sr. Presidente, hoje ocupo a tribuna para falar de dois assuntos. Vou começar pelos meus amigos policiais que ali estão. Eu acho – acho, não, tenho certeza – que já está passando da hora de fazer essa nomeação. Esses jovens que estão ali, homens e mulheres, estudaram diuturnamente para conseguirem ser aprovados no concurso, e estão agora à míngua, de pires na mão, pedindo nomeação! Isso é um absurdo, isso não pode acontecer em plena Capital da República, onde estamos necessitando de policiais. Os policiais estão prontos! O governo tem condições de nomear porque esse dinheiro não entra na LRF, esse dinheiro é do Fundo Constitucional! O que falta para nomear esse povo?

Sra. Presidenta, Sra. Presidenta, Sra. Presidente, eu queria conchamar V.Exa., uma grande Deputada, uma grande Presidenta – não canso de falar que me arrependo mil e uma vezes por não ter votado em V.Exa.; se eu soubesse que ia ser uma Presidenta tão boa, tinha traído a minha consciência, mas tinha votado em V.Exa. Peço-lhe, neste momento, que nos ajude para que o Rollemberg bote a mão na consciência, não dele, mas do pessoal que o assessora, e faça a nomeação desse povo o mais rápido possível!

Meu Líder do Governo, Deputado Julio Cesar, nosso Pastor Julio, que adotou o telefone vermelho que o Deputado Chico Vigilante tinha, pegue esse telefone que V.Exa. tem e dê uma ligada.

(Manifestações na galeria.)

DEPUTADO DR. MICHEL – Pegue o telefone a que só V.Exa. tem acesso e dê uma ligada para o Governador. Peça-lhe clemência com essas pessoas que estão aqui lutando por uma nomeação. Esse é o pedido que faço a V.Exa., que, como Líder, tem demonstrado – como nunca nesta Casa um jovem Deputado, em início de carreira, demonstrou – tanta proficiência.

(Manifestações na galeria.)

DEPUTADO DR. MICHEL – Esperem aí, esperem aí, esperem aí. Deixa eu acabar de puxar o saco do homem, gente, pelo amor de Jesus! Esperem aí...

Então, V.Exa., com essa sua proficiência, com esse trabalho que vem demonstrando, tem a capacidade de sensibilizar o coração do Rollemberg, ou do Rodrigo, como podemos chama-lo, para que ele possa nomear esses lutadores que estão querendo, nada mais, nada menos, colocar as próprias vidas em risco para poderem salvar vidas.

Vocês estão de parabéns pela luta. E digo a vocês, é uma luta incansável, mas o final está bem próximo, pois vejo lista rodando por aí... Estão pedindo para nomear 50 por mês, começando em maio. Isso não é nada diante das necessidades que a Polícia Civil tem. Agora, vocês podem falar: liga!

(Manifestações da galeria.)

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 24 03 2015	Horário Início 15h50min	Sessão/Reunião 20ª SESSÃO ORDINÁRIA	

DEPUTADO DR. MICHEL – Acalmou, acalmou, pessoal.

Então, Deputado Julio Cesar, quando a voz do povo quer, o Julio não pode deixar de fazer. Deputado Julio Cesar, dê uma ligadinha lá para o governador.

Eu queria ainda falar sobre outro assunto que me incomoda muito, quando eu vejo as forças de segurança entrarem em atrito.

Nós não podemos, Deputado Wellington Luiz, Deputada Celina Leão, ficar omissos diante dessa situação. Eu acho que os comandantes e os gerenciadores devem entrar no circuito para que não tenhamos uma revanche, uma guerra entre as forças do Detran e dos bombeiros.

Eu acredito que, neste momento, o secretário de segurança, que está sentando em uma cadeira, no tapete vermelho, tomando água gelada, tem que sair daquele gabinete e ir às corporações para conversar com a corporação, saber o que está acontecendo e fazer uma amistosidade entre Detran e bombeiros. O que ouvimos hoje nas ruas é que pode virar uma verdadeira guerra. Tanto o Detran, quanto os bombeiros, quanto a Polícia Civil, quanto a Polícia Militar são essenciais para a manutenção da segurança no Distrito Federal. Se pode ou não andar armado, é outra questão, é outra situação. Se está ou não preso, isso já passou. Agora, o que não dá é deixarmos continuar a guerra entre os órgãos.

Então, eu acredito que o pessoal que está no comando, começando pelo secretário de segurança, deve sair do gabinete e procurar as corporações, fazer reuniões, para tentar amenizar a situação. Peço, encarecidamente, ao meu Líder, à minha Presidente desta Casa que não deixem as forças de segurança pública ficarem digladiando-se na parte de baixo. O comando tem que participar, e o comando desta unidade é o secretário de segurança, que tem de sair do gabinete e ir às corporações para não deixar as forças brigarem entre si.

Eram os dois comunicados que eu tinha a fazer nesse momento.

Agradeço a benevolência de V.Exa., Sr. Presidente, que, com muita maestria – espero que não tome a cadeira da nossa Presidente –, está fazendo um grande trabalho nesta tarde de hoje. Agradeço a V.Exa. por ter me deixado falar, mas, Deputado Julio Cesar, dê uma ligadinha para o povo ver, nesse telefone vermelho.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Primeiramente, eu queria agradecer a deferência do nosso nobre Deputado Dr. Michel. Eu o agradeço muito, é um Deputado por quem tenho muito respeito, que realmente sempre luta por causas justas, como essa da Polícia Civil do Distrito Federal.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 24 03 2015	Horário Início 15h50min	Sessão/Reunião 20ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 18

E digo a V.Exa. e a todos os nossos amigos que estão na galeria que, antes de descer para cá, eu já havia ligado, até porque eu estava acompanhando o comunicado que o nosso Deputado Wellington Luiz fez no início. Eu estava acompanhando a deferência do que S.Exa. falava.

Eu liguei na Polícia Civil, já obtive o memorando que foi encaminhado ao nosso governador e, de posse desse memorando, estarei indo amanhã pessoalmente falar com o governador. Amanhã, trarei aqui uma notícia para todo o pessoal da Polícia Civil. Vamos torcer para que amanhã eu realmente traga uma notícia positiva para poder dizer a todos sobre o concurso. Está bom?

Então, quero dizer que já estou com o memorando. Vamos lutar! Eu vi aqui que são só 50 policiais por mês. Acho que é totalmente possível e vamos atrás dessa solução, porque, realmente, precisamos. Brasília está precisando de polícia nas ruas. Vocês têm o compromisso deste Líder de Governo de que vamos lutar para que isso de fato e de verdade aconteça.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Obrigado, Deputado Julio Cesar.

Consulto os líderes para saber se há acordo para votarmos os vetos totais e parciais, conforme acordado na reunião de líderes hoje, em bloco, pelo processo nominal.

Deputado Rodrigo Delmasso?

Deputado Prof. Israel, pelo Bloco Sustentabilidade, Trabalhismo e Solidariedade?

Deputado Wellington Luiz, Líder do Bloco Democrático Trabalhista Progressista? (Pausa.) Há acordo.

Deputado Chico Vigilante? (Pausa.) Há acordo.

Deputado Agaciel Maia?

Deputada Telma Rufino?

Havendo acordo, passaremos aos itens acordados para apreciação em bloco.

Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

Apreciação, em bloco, dos seguintes itens:

Item nº 46:

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 24 03 2015	Horário Início 15h50min	Sessão/Reunião 20ª SESSÃO ORDINÁRIA	

Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.552, de 2013, de autoria do Poder Executivo que "abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$100.000,00 (cem mil reais)."

Item nº 47:

Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.588, de 2013, do Poder Executivo, que "reestrutura a tabela de subsídios da Carreira Atividades Complementares de Segurança Pública e dá outras providências".

Item nº 51:

Apreciação dos vetos parciais ao Projeto de Lei Complementar nº 81, de 2013, do Poder Executivo, que "altera a Lei Complementar nº 292, de 2 de junho de 2000, que dispõe sobre condições para instituição e funcionamento de fundos, regulamentando, em parte, o §12 do art. 149 da Lei Orgânica do Distrito Federal, e dá outras providências".

Item nº 60:

Apreciação dos vetos parciais ao Projeto de Lei nº 1.693, de 2013, do Poder Executivo, que "autoriza a cessão de uso do Museu da República Honestino Guimarães à União".

Item nº 70:

Apreciação dos vetos parciais ao Projeto de Lei nº 1.800, de 2014, do Poder Executivo, que "abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$300.000,00 (trezentos mil reais)."

Item nº 72:

Apreciação dos vetos parciais ao Projeto de Lei nº 1.849, de 2014, do Poder Executivo, que "abre crédito especial à Lei Anual do Distrito Federal no valor de R\$150.500,00 (cento e cinquenta mil e quinhentos reais)."

Item nº 75:

Apreciação dos vetos parciais ao Projeto de Lei nº 1.701, de 2013, do Poder Executivo, que "dispõe sobre o Rezoneamento Ambiental e Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental da Bacia do Rio São Bartolomeu".

Item nº 78:

Apreciação dos vetos parciais ao Projeto de Lei nº 1.885, de 2014, do Poder Executivo, que "abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$600.000,00 (seiscentos mil reais)".

Item nº 84:

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 24 03 2015	Horário Início 15h50min	Sessão/Reunião 20ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 20

Apreciação dos vetos parciais ao Projeto de Lei nº 1.920, de 2014, do Poder Executivo, que “abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$158.000.000,00”.

Item nº 98:

Apreciação dos vetos parciais ao Projeto de Lei nº 1.911, de 2014, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2015 e dá outras providências”.

Item nº 103:

Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.980, de 2014, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$75.846,00”.

Item nº 107:

Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 2.075, de 2014, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$36.578.893,00 (trinta e seis milhões, quinhentos e setenta e oito mil, oitocentos e noventa e três reais).”

Item nº 108:

Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 2.003, de 2014, de autoria do Poder Executivo, que “estima a receita e fixa a despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 2015”.

Item nº 85:

Apreciação dos vetos parciais ao Projeto de Lei nº 1.925, de 2014, do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$75.776,00”.

Item nº 16:

Apreciação dos vetos parciais ao Projeto de Lei Complementar nº 46, de 2012, do Poder Executivo, que “altera a Lei Complementar nº 264, de 14 de dezembro de 1999, e a Lei Complementar nº 751, de 28 de dezembro de 2007, e dá outras providências”.

(Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Solicito novamente ao Sr. Secretário que faça a leitura dos itens a serem votados em bloco, esquecendo a leitura anterior.

Apreciação, em bloco, dos seguintes itens:

Item nº 70:

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 03 2015		15h50min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	21	

Apreciação dos vetos parciais ao Projeto de Lei nº 1.800, de 2014, do Poder Executivo, que "abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$300.000,00 (trezentos mil reais)."

Item nº 72:

Apreciação dos vetos parciais ao Projeto de Lei nº 1.849, de 2014, do Poder Executivo, que "abre crédito especial à Lei Anual do Distrito Federal no valor de R\$150.500,00 (cento e cinquenta mil e quinhentos reais)."

Item nº 78:

Apreciação dos vetos parciais ao Projeto de Lei nº 1.885, de 2014, do Poder Executivo, que "abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$600.000,00 (seiscentos mil reais)".

Item nº 84:

Apreciação dos vetos parciais ao Projeto de Lei nº 1.920, de 2014, do Poder Executivo, que "abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$158.000.000,00".

Item nº 85:

Apreciação dos vetos parciais ao Projeto de Lei nº 1.925, de 2014, do Poder Executivo, que "abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$75.776,00".

Item nº 103:

Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.980, de 2014, de autoria do Poder Executivo, que "abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$75.846,00".

Item nº 107:

Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 2.075, de 2014, de autoria do Poder Executivo, que "abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$36.578.893,00 (trinta e seis milhões, quinhentos e setenta e oito mil, oitocentos e noventa e três reais)."

Item nº 46:

Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.552, de 2013, de autoria do Poder Executivo, que "abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$100.000,00 (cem mil reais)."

Concedo a palavra ao Deputado Robério Negreiros para emitir o relatório dos vetos parciais, referentes aos projetos de leis, da Comissão de Constituição e Justiça.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Para emitir relatório.) – Sr. Presidente, trata-se do item nº 70.

	CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
	Data	Horário Início	
24 03 2015	15h50min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

Apreciação dos vetos parciais ao Projeto de Lei nº 1.800, de 2014, do Poder Executivo, que "abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$300.000,00 (trezentos mil reais)."

É o seguinte o relatório ao Projeto de Lei nº 1.800, de 2014:

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO DEPUTADO CHICO LEITE – PT/DF

RELATÓRIO Nº 1, DE 2014 - CCJ

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO PARCIAL oposto ao Projeto de Lei nº 1800/2014, que abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

Relator: Deputado Chico Leite

Pela Mensagem nº 85/2013–GAG (fls. 697/700), o Chefe do Poder Executivo comunicou a esta Casa a oposição de **veto parcial** ao Projeto de Lei nº 1800, de 2014, de autoria daquele Poder, que abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

O Projeto foi aprovado com emendas. Após as modificações, redação final foi acostada às fls. 333/438.

Remetido ao Chefe do Poder Executivo, ao projeto foi oposto veto parcial quanto ao conteúdo de várias emendas parlamentares por razões diversas.

O conteúdo da Emenda nº 16, de autoria do Deputado Chico Vigilante, da Emenda nº 11, de autoria do Deputado Olair Francisco, da Emenda nº 41, de autoria do Deputado Paulo Roriz, e da Emenda nº 184, de autoria do Deputado Wellington Luiz, foi vetado em razão da dotação indicada para cancelamento não possuir saldo suficiente.

O conteúdo da Emenda nº 58, de autoria da Deputada Arlete Sampaio, foi vetado em razão da classificação programática não estar de acordo com a destinação dos programas previstos no PPA 2012/2015 (Lei nº 4.742, de 29/12/2011).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PL Nº 1800 / 2014
FOLHA 904 DE 904

Houve veto à Emenda Aditiva nº 175, de autoria do Deputado Chico Vigilante, em razão da incompatibilidade com o Programa 6221 – Educação Básica. Por tratar de entidade assistencial não pertencente ao Complexo Administrativo do GDF, a proposta deveria ser alocada na Ação 9101 – Apoio a Entidades Sociais, no Programa 6211

A Emenda nº 75, de autoria do Deputado Joe Valle, criou um subtítulo classificado no Programa de Gestão destinado a Ações de Desenvolvimento Econômico (6001), na UO Secretaria de Educação, mas deveria ter sido classificado em uma das ações destinadas a reformas de unidades de ensino vinculadas ao Programa Temático 6221 – Educação Básica, daí a razão do veto.

O conteúdo da Emenda nº 40, de autoria do Deputado Paulo Roriz, foi vetado em razão da incompatibilidade com a programática 6008.1110, a qual se destina a obra de urbanização. Tal iniciativa deve ser classificada em uma das ações destinadas a reformas de unidades de ensino vinculadas ao Programa Temático 6221 – Educação Básica.

A Emenda nº 99, de autoria do Deputado Professor Israel Batista, cujo objetivo era criar subtítulo "construção de bicicletário no Jardim Botânico", foi vetada em razão da incompatibilidade entre o produto da Ação 4094, que é "pessoas capacitadas" e a "construção de próprios".

A Emenda nº 103, de autoria do Deputado Professor Israel Batista, cujo objetivo era criar subtítulo "manutenção do Planetário", foi vetada por ter sido classificada na Ação 2786 – Difusão de Ciência e Tecnologia, na UO 40.101, sendo que nesta UO, está reservada para esta finalidade a Ação 2998 – manutenção do Planetário.

As Emendas nº 112 e 113, de autoria do Deputado Professor Israel Batista, foram vetadas porque a indicação programática na Ação 3092 – implantação de agenda ambiental, cujo produto é "agenda implantada", tornou a execução das emendas inviáveis. A correta classificação seria nas Ações 4090 e 5968 respectivamente.

3

Houve veto à Emenda nº 4, de autoria do Deputado Robério Negreiros, cujo objetivo era criar o subtítulo "reforma de prédios próprios", na UO Secretaria da Criança, no programa 6003 – Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado. Conforme o PPA vigente, o programa de gestão reservado para as unidades orçamentárias da área social é o Programa 6009.

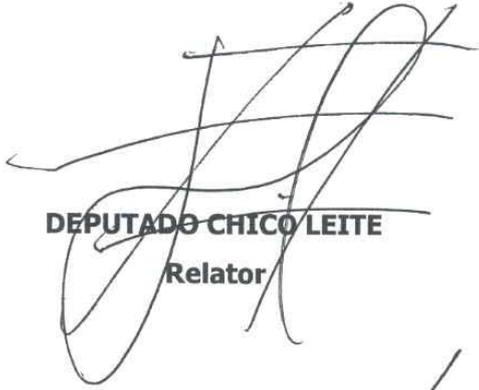
A Emenda nº 92, de autoria do Deputado Wasny de Roure, foi vetada por estar em duplicidade com a Emenda nº 93, do mesmo autor.

As Emendas nº 153, 154, 156, 157, 167 e 177, de autoria do Deputado Wellington Luiz, foram vetadas por estarem incompatíveis com o PPA vigente.

Eis as informações que julgamos necessárias à deliberação desta Casa sobre o veto parcial em causa.

Sala das Sessões, em

DEPUTADO
Presidente


DEPUTADO CHICO LEITE
Relator


Relator
Dep. R. Negreiros

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PL 1800 2014
FOLHA 906

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 24 03 2015	Horário Início 15h50min	Sessão/Reunião 20ª SESSÃO ORDINÁRIA	

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes de passar ao outro relatório, eu estava atendendo no gabinete e gostaria de solidarizar-me com os concursandos da Polícia Civil. Tive oportunidade de atendê-los em nosso gabinete e já determinei ao secretário da Comissão de Segurança, a qual presido, para que na semana que vem – peço auxílio, apoio ao Deputado Dr. Michel, que é da área de segurança, para que participe como membro titular, isso é muito importante, assim como o Deputado Wellington Luiz, que apesar de não ser membro titular, eu o convido também –, com um item na pauta, aproveamos um requerimento de convite à secretária de planejamento, ao secretário de administração e desburocratização e ao diretor-geral da Polícia Civil, para que os três coloquem as informações necessárias e expliquem a todos os concursandos as condições reais, com números. Que se faça um cronograma, mesmo na atual gestão – neste início de gestão está muito difícil a questão financeira, mas a necessidade é latente –, como todos os Parlamentares colocaram aqui. Há delegacias com falta de agentes, ou um delegado respondendo por três delegacias.

Vocês, os agentes e os escrivães, são muito importantes para que possa haver essa recomposição do quadro, pois a necessidade é real.

Reforço ao Deputado Dr. Michel e ao Deputado Wellington Luiz, que são oriundos da Polícia Civil, que possam enriquecer o debate na próxima semana. Peço que conversem na secretaria da Comissão de Segurança para ver a data específica. Eu confesso que só vou saber amanhã. Se não me engano, é terça-feira, às 14h, antes da sessão em plenário, somente a aprovação do convite. Nesse dia pode estar a comissão, mas no dia em que estiver realmente marcada a vinda dos dois secretários e do Diretor da Polícia, vocês poderão vir em massa defender os interesses de vocês e da própria sociedade.

Muito obrigado.

A seguir, vou proferir o relatório ao item nº 72: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.849, de 2014, do Poder Executivo, que “abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$150.500,00 (cento e cinquenta mil e quinhentos reais)”.

A proposição foi aprovada com alterações, ficando a redação final conforme fls. 148/208. Remetido ao Chefe do Poder Executivo, ao projeto foi oposto veto parcial ao conteúdo de várias emendas parlamentares por razões diversas.

Para simplificar, Sr. Presidente, vou falar o número das emendas e o motivo resumido.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO DEPUTADO CHICO LEITE – PT/DF

RELATÓRIO Nº J, DE 2014 - CCJ

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO PARCIAL oposto ao Projeto de Lei nº 1849/2014, que abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 150.500,00 (cento e cinquenta mil e quinhentos reais).

Relator: Deputado Chico Leite

Pela Mensagem nº 103/2014-GAG (fls. 267/268), o Chefe do Poder Executivo comunicou a esta Casa a oposição de **veto parcial** ao Projeto de Lei nº 1849, de 2014, de autoria daquele Poder, que "abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 150.500,00 (cento e cinquenta mil e quinhentos reais)".

A proposição foi aprovada com alterações, ficando a redação final conforme fls. 148/208.

Remetido ao Chefe do Poder Executivo, ao projeto foi oposto **veto parcial** ao conteúdo de várias emendas parlamentares por razões diversas.

O conteúdo da Emenda nº 35, de autoria do Deputado Agaciel Maia, cujo objetivo era criar o subtítulo "construção da cobertura da quadra de esporte da QE 38 do Guará II", foi vetado em razão de o crédito ter sido aprovado com regionalização 14 – São Sebastião, o que impossibilita a execução da programação.

Quanto à Emenda nº 41, de autoria do Deputado Doutor Michel, cujo objetivo era criar o subtítulo "apoio à feira agropecuária do Programa de Assentamento Dirigido – PAD-DF", destinado a fomentar a atividade agropecuária no Núcleo Rural do PAD-DF, houve veto em razão de a classificação programática da iniciativa não ter observado a Função (20), a Subfunção (608) e o Programa (6201) destinados a agregar recursos destinados ao desenvolvimento da atividade rural.

O conteúdo da Emenda nº 27, de autoria da Deputada Arlete Sampaio, foi vetado em razão de a classificação no programa 6010 (*Gestão, Manutenção e Serviços de Estado – Transportes*) não estar de acordo com a destinação dos programas previstos no PPA 2012/2015, já que o objetivo era criar subtítulo "reforma de prédios e próprios da SEDEST" e a esta pasta está reservado o programa 6003 (*Gestão, Manutenção e Serviços de Estado – Gestão Pública*).

A Emenda de Plenário nº 1, de autoria do Deputado Chico Vigilante, foi vetada em razão da programação não possuir saldo suficiente para cancelamento. Além disso, a despesa destinada a apoio a entidade assistencial não pertencente ao Complexo Administrativo do GDF, *Lar da Criança Casa de Ismael*, deveria ser alocada na *Ação 9101 – Apoio a entidades sociais*, no programa 6211.

O conteúdo da Emenda nº 58, de autoria do Deputado Rôney Nemer, foi vetado devido a classificação no programa 6001 (*Gestão, Manutenção e Serviços de Estado – Desenvolvimento Econômico*) não estar de acordo com a destinação dos programas previstos no PPA 2012/2015.

A Emenda nº 2, de autoria do Deputado Washington Mesquita, cujo objetivo era criar o subtítulo "reformas de unidades do sistema socioeducativo", na *Ação 4223 – manutenção das unidades de atendimento à criança e ao adolescente*, foi vetada por não observar a vedação prevista no art. 24, III, da Lei nº 5.164, de 26 de agosto de 2013 (projeto classificado como atividade).

Eis as informações que julgamos necessárias à deliberação desta Casa sobre o veto em causa.

Sala das Sessões, em

DEPUTADO
Presidente

DEPUTADO CHICO LEITE
Relator

Relator
Dep. Roberto Nogueira

	CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
	Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 03 2015	15h50min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	24	

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Para emitir relatório.) – Item nº 78: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.885, de 2014, do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$600.000,00 (seiscentos mil reais)”.

Vou citar as emendas e vou generalizar como vícios formais, para facilitar o andamento dos trabalhos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO DEPUTADO CHICO LEITE – PT/DF

RELATÓRIO Nº 1, DE 2014 - CCJ

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO PARCIAL oposto ao Projeto de Lei nº 1885/2014, que abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais).

Relator: Deputado Chico Leite

Pela Mensagem nº 137/2014–GAG (fls. 458/459), o Chefe do Poder Executivo comunicou a esta Casa a oposição de **veto parcial** ao Projeto de Lei nº 1885, de 2014, de autoria daquele Poder, que abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais).

O Projeto foi aprovado com emendas. Após as modificações, redação final foi acostada às fls. 132/225.

Remetido ao Chefe do Poder Executivo, ao projeto foi oposto veto parcial quanto ao conteúdo de várias emendas parlamentares por razões diversas.

O conteúdo da Emenda nº 16, de autoria do Deputado Evandro Garla, foi vetado em razão da dotação indicada para cancelamento não possuir saldo suficiente.

O conteúdo da Emenda nº 104, de autoria do Deputado Rôney Nemer, foi vetado em razão de não ter sido possível localizar a programação indicada na unidade orçamentária 16.101 – Secretaria da Cultura.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PL N.º 1885 / 2014
FOLHA 653 RUBRICA *RL*

2

Houve veto à Emenda Aditiva de Plenário nº 97, de autoria do Deputado Wellington Luiz, em razão da incompatibilidade com o Programa 6008 – Desenvolvimento Urbano. A iniciativa proposta pelo parlamentar deveria ser alocada no Programa 6206 – Esportes e Grandes Eventos Esportivos.

A Emenda nº 10, de autoria do Deputado Aylton Gomes, tinha como objetivo dar apoio à “Realização do XI Brasília Motocapital”, mas o Parlamentar comunicou por meio de ofício à Secretaria de Planejamento e Orçamento do Distrito Federal, o desinteresse em apoiar tal iniciativa, daí a razão do veto.

O conteúdo da Emenda de Plenário nº 98, de autoria do Deputado Wellington Luiz, foi vetado em razão da incompatibilidade com a ação programática 3047 – Implantação de Espaço Esportivo, já que a mesma se destina a aquisição de equipamentos para laboratórios na Rede Pública de Ensino.

A Emenda de Plenário nº 99, de autoria do Deputado Wellington Luiz, tinha como objetivo criar o subtítulo “Aquisição Equipamentos para Polícia Civil do DF”, porém foi classificado na Ação 1110 – Execução de Obras e Urbanização, cujo produto é medido em metro quadrado, daí a razão do veto.

Eis as informações que julgamos necessárias à deliberação desta Casa sobre o veto parcial em causa.

Sala das Sessões, em

DEPUTADO
Presidente

*Relator
Dep. Roberto
Negreiros*

DEPUTADO CHICO LEITE
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PL Nº 1885 / 2014
FOLHA 654 RUBRICA *ML*

	CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
	Data	Horário Início	
24 03 2015	15h50min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Para emitir relatório.) – Item nº 84: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.920, de 2014, do Poder Executivo, que “abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$158.000,00 (cento e cinquenta e oito mil reais)”.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO DEPUTADO CHICO LEITE – PT/DF

RELATÓRIO Nº 1, DE 2014 - CCJ

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO PARCIAL oposto ao Projeto de Lei nº 1920/2014, que abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 158.000,00 (cento e cinquenta e oito mil reais).

Relator: Deputado Chico Leite

Pela Mensagem nº 168/2014–GAG (fls. 178), o Chefe do Poder Executivo comunicou a esta Casa a oposição de **veto parcial** ao Projeto de Lei nº 1920, de 2014, de autoria daquele Poder, que abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 158.000,00 (cento e cinquenta e oito mil reais).

O Projeto foi aprovado com emendas. Após as modificações, redação final foi acostada às fls. 112/135.

Remetido ao Chefe do Poder Executivo, ao projeto foi oposto veto parcial quanto ao conteúdo da Emenda nº 1, de autoria do Deputado Benedito Domingos, em razão da programação indicada para cancelamento, UC 22101, não possuir saldo suficiente.

Eis as informações que julgamos necessárias à deliberação desta Casa sobre o veto parcial em causa.

Sala das Sessões, em

DEPUTADO

Presidente

relator
Dep. Roberto
Nequeiros

DEPUTADO CHICO LEITE

Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PL Nº 1920 / 2014
FOLHA 226 RUBRICA

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
24 03 2015		15h50min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA		26

(Assume a Presidência a Deputada Celina Leão.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Item nº 85: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.925, de 2014, do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 75.776,00”.

Concedo a palavra ao Deputado Robério Negreiros para proceder à leitura do relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Para proceder à leitura do relatório.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO DEPUTADO CHICO LEITE – PT/DF

RELATÓRIO Nº J, DE 2014 *CCJ*

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO PARCIAL oposto ao Projeto de Lei nº 1925/2014, que abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 75.776,00 (setenta e cinco mil e setecentos e setenta e seis reais).

Relator: Deputado Chico Leite

Pela Mensagem nº 181/2014–GAG (fls. 411/414), o Chefe do Poder Executivo comunicou a esta Casa a oposição de **veto parcial** ao Projeto de Lei nº 1925, de 2014, de autoria daquele Poder, que abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 75.776,00 (setenta e cinco mil e setecentos e setenta e seis reais).

O Projeto foi aprovado com emendas. Após as modificações, redação final foi acostada às fls. 132/226.

Remetido ao Chefe do Poder Executivo, ao projeto foi oposto veto parcial quanto ao conteúdo de várias emendas parlamentares por razões diversas.

O conteúdo da Emenda nº 18, de autoria do Deputado Evandro Garia, da Emenda nº 86P, de autoria do Deputado Wellington Luiz, e das Emendas nº 87P e nº 90P, de autoria do Deputado Paulo Roriz, foi vetado em razão da dotação indicada para cancelamento não possuir saldo suficiente.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PL Nº 1925, 2014
FOLHA 607 RUBRICA *CL*

2

O conteúdo da Emenda nº 48, de autoria do Deputado Robério Negreiros, da Emenda nº 81, de autoria do Deputado Rôney Nemer e da Emenda nº 89P, de autoria do Deputado Joe Valle, foi vetado em razão da incompatibilidade entre a natureza da despesa "51" com a atividade prevista para as Ações propostas.

As Emendas nº 70 e nº 72, de autoria do Deputado Chico Vigilante, cujos objetivos eram criar subtítulos "08.244.6211.9101.NOVO" na UO 17.101, foram vetadas pois, de acordo com a Decisão nº 3523/2008-TCDF, as ações "9101 – Apoio a Entidades Sociais" deverão ser "operações especiais", sendo incompatível com o subtítulo de projeto, o qual seja possível atribuição de produto.

Houve veto à Emenda de Plenário nº 84P, de autoria do Deputado Wellington Luiz, em razão da inexistência do programa de trabalho indicado para receber suplementação.

Eis as informações que julgamos necessárias à deliberação desta Casa sobre o veto parcial em causa.

Sala das Sessões, em

DEPUTADO
Presidente


DEPUTADO CHICO LEITE
Relator


Relator
Dep. Robério
Negreiros
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PL Nº 1925, 2014
FOLHA 608 RUBRICA 

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS		
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página	
24	03	2015	15h50min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA		27

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Item nº 103: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.980, de 2014, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$75.846,00”.

Concedo a palavra ao Deputado Robério Negreiros para proceder à leitura do relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Para proceder à leitura do relatório.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO DEPUTADO CHICO LEITE – PT/DF

RELATÓRIO Nº 1, DE 2014 - CCJ

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO PARCIAL oposto ao Projeto de Lei nº 1.980/2014, que abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 9.130.916 (nove milhões, cento e trinta mil, novecentos e dezesseis reais).

Relator: Deputado Chico Leite

Pela Mensagem nº 270/2014–GAG (fls. 195/197), o Chefe do Poder Executivo comunicou a esta Casa a oposição de **veto parcial** ao Projeto de Lei nº 1.980, de 2014, de autoria daquele Poder, que abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 9.130.916 (nove milhões, cento e trinta mil, novecentos e dezesseis reais).

O Projeto foi aprovado com emendas. Após as modificações, redação final foi acostada às fls. 71/112.

Remetido ao Chefe do Poder Executivo, ao projeto foi oposto veto parcial quanto ao conteúdo de várias emendas parlamentares por razões diversas.

O conteúdo da Emenda nº 10, de autoria do Deputado Agaciél Maia, da Emenda nº 33, de autoria do Deputado Rôney Nemer, das emendas nºs 34, 35 e 36, de autoria do Deputado Professor Israel Batista, da Emenda nº 37, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, e da Emenda nº 39, de autoria do Deputado Benedito Domingos, foi vetado devido à insuficiência de recursos.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PL N.º 1980, 2014

FOLHA 283 RUBRICA

2

O conteúdo da Emenda nº 15, de autoria do Deputado Chico Vigilante, foi vetado em razão da incompatibilidade entre a natureza da despesa com a atividade prevista para a Ação.

Houve veto às Emendas nº 16, 17 e 21, de autoria do Deputado Joe Valle, em razão da inadequação do programa e da ação com o subtítulo. O Programa correto seria 6206 – Esportes e Grandes Eventos Esportivos e a Ação 1745 – Construção de Quadras de Esporte, pois o subtítulo está relacionado ao esporte.

O conteúdo da Emenda nº 38, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, foi vetado parcialmente em razão da incompatibilidade entre a natureza da despesa "44.90.51" do programa de trabalho "15.451.6206.3596.1448" indicada pela Parlamentar e a constante na Lei Orçamentária Anual – LOA.

Eis as informações que julgamos necessárias à deliberação desta Casa sobre o veto parcial em causa.

Sala das Sessões, em

DEPUTADO
Presidente

DEPUTADO CHICO LEITE
Relator

Relator
Dep. Roberto
Nogueira

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PC Nº 1980, 2014
FOLHA 284 RUBRICA *[assinatura]*

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 24 03 2015	Horário Início 15h50min	Sessão/Reunião 20ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 28

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Item nº 107: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 2.075, de 2014, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$36.578.893,00 (trinta e seis milhões, quinhentos e setenta e oito mil, oitocentos e noventa e três reais).”

Concedo a palavra ao Deputado Robério Negreiros para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Para emitir relatório.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu não estou com o projeto original, mas a Assessoria me passou uma cópia em que consta o valor de R\$36.578.893,00 (trinta e seis milhões, quinhentos e setenta e oito mil, oitocentos e noventa e três reais). Contudo, foi necessário vetar parte do crédito destinado ao Fundo da Saúde do Distrito Federal no valor de R\$14.500.000,00 (quatorze milhões e quinhentos mil reais) em razão da utilização de saldos indicados como fonte de cancelamento do Decreto nº 36.156, de 18 de dezembro de 2014, em favor da própria unidade orçamentária.

É o relatório.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Item nº 46: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.552, de 2013, de autoria do Poder Executivo que “abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$100.000,00 (cem mil reais).”

Concedo a palavra ao Deputado Robério Negreiros para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Para emitir relatório.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, deste aqui também não estou com os autos originais.

As seguintes emendas possuem vício formal: Emenda nº 1, da Deputada Eliana Pedrosa; Emenda nº 3, Deputado Wasny de Roure; Emendas Aditivas nºs 29, 30, 32, 33, 34, 35 e 39, do Deputado Evandro Garla; Emenda Aditiva nº 2, do Deputado Wasny de Roure; Emendas Aditivas nºs 8, 9 e 10, do Deputado Olair Francisco; Emenda Aditiva nº 12, do Deputado Patrício; Emendas Aditivas nºs 19, 20 e 21, do Deputado Chico Leite; Emendas Aditivas nºs 22 e 23, do Deputado Dr. Michel; Emendas Aditivas nºs 53, 54, 55 e 57, do Deputado Prof. Israel; Emendas Aditivas nºs 1 e 4, do Deputado Wasny de Roure.

Esses são os relatórios, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Os vetos que estão sendo apreciados já foram acordados no Colégio de Líderes.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 24 03 2015	Horário Início 15h50min	Sessão/Reunião 20ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 29

DEPUTADO JULIO CESAR – Sra. Presidente, como Líder do Governo, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Eu só oriento a Base a manter o veto. Na verdade, é isso que foi acordado hoje com os Líderes no Colégio. É só manter o veto.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, como Líder, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu não sou da Base, mas estamos aqui, neste momento, em plenário, eu e o Deputado Chico Leite. Portanto, peço ao Deputado Chico Leite que vote pela manutenção do acordo, ou seja, mantendo os vetos, e eu também votarei sim.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado Chico Vigilante.

Consulto os Líderes para saber se há acordo para votarmos em bloco os vetos parciais.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidenta, o Deputado Ricardo Vale também. O Deputado Wasny de Roure não está porque foi a uma audiência no Ministério do Trabalho. Nós temos acordo para votarmos os vetos em bloco porque eles tratam do mesmo assunto. Portanto, estamos de acordo em votá-los.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão os relatórios. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação dos vetos.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando os vetos; os que votarem “não” estarão rejeitando-os.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)


CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

PRESIDÊNCIA

Assessoria de Plenário e Distribuição RELATOR DEP. ROBÉRIO NEGREIROS DATA 24/03/15


REGISTRO DE VOTAÇÃO DE VETOS EM BLOCO

VETOS PARCIAIS À CRÉDITOS ESPECIAIS/SUPLEMENTARES DE AUTORIA DO PODER EXECUTIVO:

- ✓ PROJETO DE LEI 1.552/2013: PARTE DOS ANEXOS I, II, III e IV (EMENDAS I PLENÁRIO 1,2,3,4,8,9,10,12,19,20,21,22,23,29,30,32,33,34,35,39,53,54,55 E 57);
- ✓ PROJETO DE LEI 1.800/2014: PARTE DOS ANEXOS I, II, III e IV (EMENDAS 4,11,16,20,40,41,58,75,92,99,103,112,113,153,154,156,157,167,175,177 e 184);
- ✓ PROJETO DE LEI 1.849/2014: PARTE DOS ANEXOS II e IV (EMENDAS 1, 2, 27, 35, 41 e 58);
- ✓ PROJETO DE LEI 1.885/2014: PARTE DOS ANEXOS I, II, III e IV (EMENDAS 10 e 16, 97, 98, 99 e 104);
- ✓ PROJETO DE LEI 1.920/2014 (EMENDA 1);
- ✓ PROJETO DE LEI 1.925/2014 (EMENDAS 18, 48, 70, 72, 81, 84, 86, 87, 89, e 90);
- ✓ PROJETO DE LEI 1.980/2014 PARTE DOS ANEXOS II e IV (EMENDAS 10, 15, 16, 17, 21, 33, 34, 35, 36, 37, 38 e 39);
- ✓ PROJETO DE LEI 2.075/2014 PARTE DOS ANEXOS I e II.

P/S	DEPUTADO(A)	PARTIDO	SIM	NÃO	AUS	ABST	OBST.	DV
	AGACIEL MAIA	PTC			X			
	BISPO RENATO ANDRADE	PR	X					
	CHICO LEITE	PT	X					
	CHICO VIGILANTE	PT	X					
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB			X			
	DR. MICHEL	PP	X					
	JOE VALLE	PDT			X			
	JUAREZÃO	PRTB	X					
	JÚLIO CÉSAR	PRB	X					
	LILIANE RORIZ	PRTB			X			
	LIRA	PHS	X					
	LUZIA DE PAULA	PEN	X					
	PROF. REGINALDO VERAS	PDT	X					
	PROFESSOR ISRAEL	PV	X					
	RAFAEL PRUDENTE	PMDB	X					
	RAIMUNDO RIBEIRO	PSDB			X			
	RICARDO VALE	PT	X					
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB			X			
	RODRIGO DELMASSO	PTN	X					
	SANDRA FARAJ	SD			X			
	TELMA RUFINO	PPL			X			
	WASNÝ DE ROURE	PT			X			
	WELLINGTON LUIZ	PMDB			X			
	CELINA LEÃO	PDT	X					
T O T A L			14		10			

SECRETÁRIO(A) DEPUTADO(A)  JÚLIO CÉSAR

VOTOS "SIM"	14	VETO MANTIDO	X
VOTOS "NÃO"		VETO REJEITADO	
ABSTENÇÃO			
AUSÊNCIAS	10		
OBSTRUÇÃO			

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 24 03 2015	Horário Início 15h50min	Sessão/Reunião 20ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 30

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 14 votos favoráveis. Houve 10 ausências.

Total de votantes: 14.

Ficam mantidos os vetos.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Item nº 15:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 503, de 2011, de autoria do Deputado Evandro Garla, que “dispõe sobre a proibição de exibição de qualquer conteúdo indutor do estímulo à prática de atos sexuais em logradouros públicos e próprios do Distrito Federal”.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Para emitir relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, relatório da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 503, de 2011, de autoria do Deputado Evandro Garla, que “dispõe sobre a proibição de propaganda de qualquer conteúdo indutor de estímulo da prática de atos sexuais em logradouros públicos e próprios do Distrito Federal”.

Por certo, o Poder Executivo vetou o projeto completamente sob o argumento de que a proposição trataria de propaganda comercial, sob competência privativa da União, nos termos do art. 22, inciso XXIV, da Carta Maior.

Essas são as informações para que possamos votar o veto.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão o relatório.

Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero aqui defender a derrubada desse veto a esse projeto de lei, porque esse projeto, primeiro, beneficia a família do Distrito Federal.

Eu tenho duas filhas pequenas. Quando andamos nas ruas do Distrito Federal, vemos estampadas, atrás de ônibus ou até mesmo em *outdoors* do Distrito Federal, mensagens, muitas vezes nem subliminares, que são colocadas em cima das nossas crianças. É um absurdo! Muitas vezes, essas mensagens que são colocadas por alguns estabelecimentos que fomentam a prostituição fomentam também o abuso sexual de crianças.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 24 03 2015	Horário Início 15h50min	Sessão/Reunião 20ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 31

Então, quero aqui defender, Sra. Presidente, a derrubada do veto a esse projeto de lei. Que esta Casa promulgue isso como projeto de lei em defesa da família do Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigado, Deputado Rodrigo Delmasso.

Continua em discussão o relatório.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, eu estou de acordo com a derrubada do veto, mas eu vou falar de outro assunto sobre o qual eu comentava ainda agora com V.Exa.

Eu tenho acompanhado na televisão uma propaganda de uma cerveja, que, se não me falha a memória, Deputada Luzia de Paula, chama-se Itaipava. Aquela propaganda, Deputado Chico Leite, é uma agressão às mulheres.

Eu não sou nenhum moralista. Agora, eu acho que não pode, em hipótese nenhuma, uma bebida que quer consolidar uma marca usar o que eles estão usando. Eles criaram uma personagem, uma modelo chamada Verão. E essa modelo sai com uma roupa que nem dá para dizer que é roupa. Mas o problema é o uso que é feito dessa moça. É de envergonhar. Ele diz: "Vai, Verão!". Aí ela sai se requebrando toda e, quando chega na barraca, ele diz: "Volta Verão!". Aquilo é uma depreciação completa, é transformar a mulher em objeto, transformar efetivamente a mulher num simples objeto sexual.

Eu fiquei esperando até hoje que as mulheres falassem, mas eu acho que aquele não é um assunto só das mulheres, é um assunto, acima de tudo, dos homens. Acho que ninguém pode tentar firmar uma marca, tentar vender com uma apelação daquela. Aquilo é mais que um apelo sexual. Aquilo, na verdade, Deputada Luzia de Paula, é a depreciação da figura do ser mulher.

Para você vender um produto, não precisa usar nem homem nem mulher se o produto é bom. Se usa daquele jeito, é porque o produto não presta. Portanto, enquanto a Itaipava não tirar aquela propaganda do ar, eu acho que quem bebe cerveja não deveria tomar Itaipava. É uma vergonha aquela propaganda.

Então, eu quero me posicionar neste debate. Há um conselho que regulamenta a publicidade. Eu não sei por que ainda não exigiram a retirada daquela peça publicitária do ar, porque ela agride, ela é uma vergonha. Ela envergonha o ser humano com o uso indevido que eles fazem do corpo da mulher.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sra. Presidente, como Líder, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 24 03 2015	Horário Início 15h50min	Sessão/Reunião 20ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 32

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, conforme acordo que tivemos hoje na reunião de Líderes, oriento a bancada a rejeitar o veto.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, como Líder, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vamos votar pela derrubada do veto.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, permita-me uma observação por dever de lealdade intelectual.

Conversando com o Deputado Chico Vigilante, que é o Líder do nosso partido, eu até observei a S.Exa. que a hipótese realmente se compraz realmente com o Direito Comercial, que não seria de nossa iniciativa, mas é importante para o debate. De maneira que eu já adiantei para o Deputado Chico Vigilante que vou me unir a essa posição no sentido da derrubada. Só por dever de lealdade intelectual, eu acho que é importante expressar.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)